

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

O Primeiro Ministro em Angola



(centrais)



(pag.9)

Teresa Gouveia
na conferência «5+5»
Magrebe/União Europeia

Manuela Ferreira Leite
no arranque do quadro
legal da Função Pública



(pag 16)

Intervenção sobre a Reforma da Administração Pública

Deputado Mário Patinha Antão
Assembleia da República,
30 de Outubro de 2003



(...)
O Governo prometeu que faria chegar à Câmara até 15 de Outubro, as suas três propostas de Lei fundamentais para essa nova arquitectura, isto é:

- A nova organização da Administração directa do Estado;

- A nova Lei-quadro dos Institutos Públicos;

- **O novo Estatuto dos Dirigentes da**

Administração Pública;

Sem surpresas, o Governo prometeu e cumpriu o seu próprio calendário. (...)

Quis assim o Governo marcar a importância que atribui a esta Reforma e ao envolvimento criativo dos seus dirigentes e funcionários no seu desenvolvimento e melhor operacionalidade no terreno.

(...)

Está pois lançado, e bem lançado, o debate sobre a nova arquitectura do Sistema da Administração Pública.

...nova arquitectura do Sistema da Administração Pública será uma realidade em breve como é profundamente desejado pelos Portugueses.

O que desde os anos 60 se fala que é indispensável e que nunca se conseguiu fazer, vai finalmente acontecer.

Um novo horizonte para o futuro e para a esperança se abre finalmente, e este é um mérito que já não se pode retirar à iniciativa do Governo.

Deste modo, o sentido deste debate já não é discutir esta intenção. É discutir as melhores opções para a concretizar.

(...)

As questões fundamentais deste debate são pois os princípios inovadores

Agenda

Terça-Feira, dia 4 de Novembro de 2003-15:00h

Debate na Generalidade em Plenário do OE e GOPs 2004

Quarta-Feira, dia 5 de Novembro de 2003-10:00h e 15:00h

Continuação do Debate na Generalidade em Plenário do OE e GOPs 2004

Quinta-Feira, dia 6 de Novembro de 2003-10:00h

Encerramento e Votação do Debate na Generalidade em Plenário do OE e GOPs 2004

da Proposta de Lei do Governo...

E essas questões a debater são fundamentalmente as seguintes:

- No domínio da Administração Directa do Estado:

- Devemos manter a lógica burocrática, fortemente hierarquizada, centrada nos meios e virada para a sua reprodução alargada?

- Ou devemos como propõe o Governo criar um novo modelo organizacional, assente na definição clara da missão e dos objectivos principais, na flexibilização das estruturas e meios, na redução dos níveis hierárquicos e na simplificação dos procedimentos e circuitos de decisão?

Obviamente, a única direcção de mudança válida é a que o Governo e a Maioria propõem, porque só ela acrescenta futuro ao futuro da nossa Administração Pública.

Segunda questão **no domínio dos Institutos Públicos:**

- Devemos manter a actual heterogeneidade dos Institutos Públicos, profusamente acrescentada pelo anterior Governo socialista que, entre 1996 e 2000 e por razões ainda não inteiramente esclarecidas, criou o espantoso número de 78 novos Institutos Públicos cada qual com o seu grau de autonomia e receitas próprias inexistentes?

- Ou devemos criar uma Lei-quadro, como propõe o Governo, que racionalize a actual selva de regimes, estatutos e graus de autonomia, uniformizando as respectivas regras de funcionamento e controlo e responsabilizando perante a tutela toda a cadeia de comando e pelos objectivos definidos e resultados alcançados?

Obviamente, também neste caso, só a opção escolhida pelo Governo acrescenta futuro ao futuro da nossa Administração Pública.

E por último, em relação **ao Estatuto dos Dirigentes:**

- Devemos manter o actual regime de concursos criado pelo PS em 1999 e que tão maus resultados tem dado, paralisando a dinâmica de mudança dos serviços, e apenas fingirmos que o modificamos, mantendo tudo na mesma como pretende agora o PS?

- Ou devemos, pelo contrário, e tal como o Governo propõe demonstrar confiança nos dirigentes máximos da Administração Pública, de que eles serão capazes com rigor profissionalismo e liderança escolher para seus colaboradores próximos como dirigentes intermédios os melhores para realizar a missão, os objectivos e os resultados de que eles em conjunto passarão a ser responsáveis no quadro desta Reforma?

Serão estes dirigentes máximos seres acéfalos, irresponsáveis, e cegamente obedientes a uma onnipotente tutela, de tal forma que num processo de recrutamento, avaliação de candidaturas e selecção de colaboradores, se mostrarão incapazes de escolher os melhores, sendo escrutinados ao longo de todo um processo submetido à maior transparência, divulgação pública e avaliação, não só por parte dos interessados mas de todos os funcionários e do público em geral?

Ou serão estes dirigentes máximos dignos da confiança de todos nós, e de que a sua decisão neste domínio será pautada pelos seus valores e princípios pessoais, pelo código deontológico dos serviços que têm a honra de dirigir e pelo sentido nobre que atribuem à missão de toda a Administração Pública?

Obviamente, ninguém de boa fé terá dúvidas – **os dirigentes máximos de hoje da nossa Administração Pública são dignos da nossa confiança, como ontem e como o serão amanhã.**

(...)



Intervenção sobre as políticas públicas para responder à pobreza e às desigualdades sociais

Deputada Ana Manso
Assembleia da República,
24 de Outubro de 2003

(...)

As linhas programáticas traçadas no Programa de Governo assim o demonstram claramente: **REFORÇAR A JUSTIÇA SOCIAL e GARANTIR A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES.**

... com vista à promoção de valores como a solidariedade, a subsidiariedade e o justo equilíbrio entre a riqueza e a sua distribuição, o actual Governo, preconiza:

- o **princípio da co-responsabilização** social do Estado, dos empresas e das famílias, numa perspectiva de partilha de riscos;

- a **discriminação positiva** a favor dos mais pobres, idosos ou das famílias mais numerosas;

- o **incentivo ao trabalho e à poupança**;

- a **flexibilidade de soluções** para ocorrer a eventualidades cada vez mais diversas e complexas;

- **tratamento de forma integrada dos riscos sociais** como sejam o desemprego, a velhice, a saúde, a solidão, a dependência.

E, neste quadro de referências, apontamos como medidas concretas e emblemáticas do Governo:

- A nova **LEI DE BASES DA SEGURANÇA SOCIAL**;

- A **ACTUALIZAÇÃO GRADUAL E POGRESSIVA DOS VALORES DAS PENSÕES MÍNIMAS** no sentido da sua convergência com o ordenado mínimo nacional, e apesar de todos os constrangimentos financeiros, concretizou-se, no passado mês de Junho, a segunda fase do aumento anual das pensões mínimas (iniciada em Dezembro passado).

- O **RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO** que reforça a componente de inserção social, laboral e comunitária da medida.

- O novo **REGIME DA PROTECÇÃO SOCIAL NOS ENCARGOS FAMILIARES (DECRETO-LEI Nº 176/2003, de 2 de Agosto)**, assente na discriminação positiva das famílias com menos recursos e mais numerosas e abrangendo os cidadãos nacionais e estrangeiros, refugiados e apátridas residentes em território nacional, que satisfaçam as respectivas condições de atribuição;

- Atribuição aos titulares do abono de família, no mês de **Setembro**, de um **montante adicional** de igual quantitativo destinado a compensar encargos escolares por ocasião da abertura do ano escolar;

- **Alargamento do âmbito de aplicação do subsídio de funeral**;

- Lançamento em Fevereiro passado do **PROGRAMA EMPREGO E PROTECÇÃO SOCIAL** através do qual se promove mais emprego e melhor protecção social.

Neste programa Emprego e Protecção Social assumem papel relevante as



medidas de melhor protecção social:

- pagamento de **subsídios provisórios de desemprego**;

- **redução do prazo de garantia para o acesso ao subsídio de desemprego**;

- a **majoração do montante do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego** no âmbito das prestações familiares.

A finalizar o elenco das medidas de política social agilizadas pelo Governo, uma especial referência:

- Ao **PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS E SECTORES DEPRIMIDOS (PRASD)**;

- Ao **PLANO NACIONAL DE EMPREGO (PNE), PARA 2003 -**

2005;

- AO **PLANO DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO (PNAI)** PARA O MESMO PERÍODO DE TEMPO, os dois últimos documentos apresentados na passada semana nesta Assembleia.

(...)

A nossa **principal preocupação é também o desemprego**, o seu aumento e as consequências sociais, ao nível da pobreza, daí resultantes.

(...)

Daí que o Governo, a par das mencionadas medidas de política social, tenha procurado executar outras, de cariz económico, com vista a combater o desemprego e a aumentar a produtividade do País, contrariando desta forma a situação de recessão.

É essencial criarmos condições para aumentar a produtividade e a competitividade das nossas empresas, facilitando a sua adaptação aos desafios das novas tecnologias e da globalização dos mercados.

O caminho do futuro está na maior produtividade e na consequente criação de riqueza geradora de melhor qualidade de vida e mais bem estar social quer de empregadores quer de trabalhadores.

E, efectivamente, estamos no bom caminho. Existem sinais claros de retoma.

E isto representa, ainda que sem folgas por enquanto, que o pior pode estar a passar.

Representa também uma viragem que embora ainda precária pode significar uma recuperação sólida em 2004.

E prova também a actual política de verdade que foi transmitida aos portugueses.

Neste cenário, importa acima de tudo, adoptar uma atitude positiva e transformar as dificuldades em desafios e janelas de oportunidades.

Esta é sem dúvida a forma mais eficaz de erradicação da pobreza.

(...)



Intervenção sobre a Área de Paisagem Protegida de Interesse Nacional da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos

Deputado Luís Montenegro

*Assembleia da República,
23 de Outubro de 2003*

SENHOR PRESIDENTE
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS

O Projecto de Lei Nº 231/IX apresentado pelo PCP visa criar a “Área de Paisagem Protegida de Interesse Nacional da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos”.

Como é bom de ver, não é possível discutir esta iniciativa legislativa sem uma breve incursão na análise da situação em se encontra o território em causa.

Partindo do princípio que é inquestionável o valor de biodiversidade da área em apreço, aliás, comprovada pela sua integração na Rede Natura 2000 e pela sua inclusão na Lista Nacional de Sítios (através da Resolução do Conselho de Ministros Nº 76/2000 de 5 de Julho), o certo é que a Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos se encontra num estado de profunda degradação ambiental, provocada pela poluição dos caudais de água que nela desaguam, a Ribeira de Rio Maior e a Ribeira de Maceda.

As areias transportadas por estas linhas de água, a par da gestão artificial, avulsa e sem acompanhamento técnico, da aberta da Barrinha, no intuito de preservar a qualidade da água do mar nas praias vizinhas, têm provocado o nefasto assoreamento da Lagoa.

Neste cenário, por demais conhecido e diagnosticado, o problema criado ao longo de décadas tem sido sucessivamente agravado, entre outras razões, pela incapacidade de, simultaneamente, promover a eliminação das fontes poluidoras (que advêm maioritariamente da carência de infra-estruturas de saneamento nas indústrias e habitações que despejam os seus efluentes para as ribeiras referidas);

E, igualmente impulsionar um processo de descontaminação, dessassoreamento e requalificação ambiental de toda a zona da Lagoa.

Essa incapacidade e esse fracasso, cujo expoente máximo foi expresso pelos Governos do Partido Socialista – campeões em propaganda e em demagogia mas vencedores também na inércia e na falta de vontade política

-, constitui o tónico, o desafio que o actual governo e esta maioria têm pela frente.

E as coisas começam agora a correr bem.

Em Julho último, foi, finalmente, homologada e remetida à Comissão Europeia a candidatura ao Fundo de Coesão das obras de saneamento previstas no contrato de concessão com a SIMRIA, e que, consequentemente, levarão à erradicação das fontes poluidoras das águas das ribeiras.

Por outro lado, e paralelamente, hoje mesmo, o Conselho de Ministros aprovou uma Resolução (cuja preparação havia sido anunciada em Agosto) devesas importante para a concretização da Requalificação Ambiental da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos.

Assim, o Governo:

- Declarou a Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos área crítica de recuperação ambiental que carece de intervenções urgentes.

- Declarou o interesse público das intervenções destinadas a eliminar a poluição da Barrinha, atentos os riscos para os ecossistemas presentes na área bem como para as populações.

- Constituiu uma estrutura de coordenação e controlo das intervenções na área crítica da Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos, a funcionar na dependência directa do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, com os objectivos calendarizados de, entre outras coisas:

- Promover acções correctivas de curto prazo para, por exemplo, a gestão controlada da abertura da Barrinha ao mar.

- Elaborar um Plano de Acção para a área crítica da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, que integre um calendário de intervenções estruturantes como o dessassoreamento, recuperação e valorização da área.

A atitude do Governo demonstra, desta forma, uma vontade política firme que cumpre registar e saudar, ao mesmo tempo que queremos também



Observatório de Imprensa

O meu Presidente

Portugal está a precisar de um “banho de civismo”. A cultura do respeito, a noção da hierarquia de valores e a importância dos temas têm andado arredadas do nosso quotidiano, nos últimos tempos.

Pedro Santana Lopes, Diário de Notícias, 30/10/03

P.S – Do Governo Virtual à oposição virtual

Como se sabe uma das particularidades da governação socialista foi o seu carácter virtual.

Nada passava do papel- promessas e mais promessas- muitos quilómetros de auto-estradas no papel, escolas e hospitais no papel e até as reformas não passaram de estudos, de comissões, grupos de trabalho e pareceres (mais papel).

Guilherme Silva, A Capital, 31/10/03



Deputado Luís Montenegro

Assembleia da República,
23 de Outubro de 2003

(continuação da página anterior)

cumprimentar especialmente o Senhor Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente pela coragem de chamar a si a gestão directa do “dossier”, resolvendo questões de descoordenação e desarticulação entre as várias entidades envolvidas.

SENHOR PRESIDENTE
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS

De acordo com o definido no artº 4º do projecto de lei do Partido Comunista, constituem objectivos específicos da criação da Área Protegida proposta: A recuperação e preservação de valores naturais ; A conservação e melhoria de aptidões para a educação ambiental e o lazer, para a defesa da diversidade ecológica, e para a valorização do património histórico e cultural; E A promoção da melhoria da qualidade de vida das populações, compatibilizando-a com um desenvolvimento sustentável.

De acordo com o artº 8º propõe-se e releva-se a criação de um Plano de Ordenamento do Território da Reserva Natural.

Ora, decorre já do processo de implementação da Rede Natura 2000, em cumprimento, de resto, do estipulado no artº 7º do DL 140/99 de 24 de Abril e na Resolução do Conselho de Ministros Nº 66/2001 de 6 de Junho, a elaboração dum Plano Sectorial para os Sítios classificados na Lista Nacional de Sítios cujos objectivos são: Estabelecer orientações para a gestão territorial; Salvaguardar os recursos e valores naturais e fixar usos e regimes de gestão compatíveis com a utilização sustentável dos territórios;

Definir as medidas que garantam a valorização, manutenção e conservação dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger; Emitir orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento de território das medidas e restrições atrás mencionadas.

Ou seja, objectivos muito similares aos propostos, com o benefício prático de não se constituir mais uma entidade, e logo numa altura em que temos um Governo actuante, com um processo de despoluição em curso.

E se é certo que os prazos previstos nos instrumentos legislativos supra mencionados não foram respeitados, certo é também que o actual Governo está a acelerar este processo, encontrando-se já uma comissão específica a elaborar o referido Plano Sectorial.

EM CONCLUSÃO
SENHOR PRESIDENTE
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do PSD concorda com o caminho, coerente e integrado, que o Governo vem trilhando na resolução e requalificação ambientais da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, e entende existirem já os mecanismos e organismos aptos a garantir, no actual contexto, a preservação do ecossistema em causa.

A iniciativa do PCP, ainda que demonstrativa do seu interesse por esta causa, parece-nos redundante e inoportuna.

Redundante porque visa prosseguir objectivos já assegurados.

Inoportuna porque o essencial é, hoje, promover a eliminação das fontes poluidoras da Barrinha, recuperar o equilíbrio ambiental da Lagoa e coordenar as intervenções que para tal são necessárias.

Disse.

Intervenção sobre o regime jurídico aplicável às comunicações electrónicas

Deputado Bessa Guerra
Assembleia da República,
22 de Outubro de 2003



(...)

A liberalização do mercado europeu das comunicações culminou em 1 de Janeiro de 1998 com a plena liberalização de todas as redes e serviços de telecomunicações na maioria dos Estados-Membros da União Europeia, sendo que, em Portugal ocorreu em 1 de Janeiro de 2000, face à decisão da Comissão Europeia.

Os progressos tecnológicos, a inovação nas ofertas dos serviços, a diminuição dos preços e o aumento da qualidade, resultantes da introdução da concorrência, constituíram a base de transição para a sociedade da informação na Europa.

A convergência dos sectores das telecomunicações, da radiodifusão e das tecnologias da informação está a transformar o mercado das comunicações, incluindo-se aqui a convergência das comunicações fixas, móveis, terrestres e via satélite e ainda a convergência das comunicações com o sistema de determinação da posição.

No que respeita à infra-estrutura das comunicações electrónicas e serviços conexos, a convergência torna cada vez mais obsoleta a tradicional separação das competências regulamentares entre estes sectores e exige um regime regulamentar coerente e consistente.

É neste contexto que um novo quadro regulamentar comunitário para as comunicações electrónicas foi acordado pelos Estados-Membros da União Europeia, prevendo ser aplicado em todos eles, no ano 2003.

(...)A Proposta do Governo assenta numa estruturada ideia de concepção de diploma único de modo a agrupar todas as matérias de forma coerente e integrada.

(...)A Proposta de Lei faz o enquadramento de toda a matéria relativa às telecomunicações, define o seu âmbito, define o âmbito de competências da autoridade reguladora, o controle jurisdicional, a regime da autorização, os direitos de passagem, e de acesso, direitos de utilização de frequência, a defesa dos utilizadores, com especial ênfase no acesso de cidadãos com necessidades especiais, a interligação, o conceito de serviço universal, os princípios para a fixação dos preços, o financiamento do serviço universal, as taxas, e o regime sancionatório global, ou seja, o regime sancionatório que abrange todas as questões relativas ao quadro normativo do sector das telecomunicações previstos nestes conceitos.

(...)

Vamos agir, todos, com celeridade e com eficácia. Estamos no bom caminho.

(...)

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior
Sobre o Instituto Politécnico da Guarda
Dep(s) Ana Manso e Fernando Lopes

Requerimento ao Ministério da Economia
Sobre o encerramento de postos dos CTT
Dep Abílio Costa

Requerimento ao Ministério da Cultura
Sobre o Cine-Teatro de Santo Tirso
Dep Abílio Costa

Requerimento ao Ministério da Cultura
Sobre a recuperação da Igreja de S. Domingos (Guimarães)
Dep(s) Rui Miguel Ribeiro e outros

Requerimento ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
Sobre a reclassificação do serviço local de finanças da Batalha
Dep João Carlos Duarte

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua última reunião do mês, aprovou 17 diplomas, sendo o primeiro uma Proposta de Lei que altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro.

Para além da introdução de pequenas alterações de carácter formal, prevê-se neste diploma a possibilidade de os tribunais administrativos de círculo e os tribunais tributários, que irão integrar a rede a instalar pelo território do continente até 1 de Janeiro de 2004, poderem funcionar agregados em tribunais administrativos e fiscais, bem como o desdobramento do tribunal de segunda instância, o Tribunal Central Administrativo, em dois tribunais centrais administrativos, um Tribunal Central Administrativo Norte, com sede no Porto, e um Tribunal Central Administrativo Sul, com sede em Lisboa, que, no essencial, desempenharão um papel equivalente, no domínio da jurisdição administrativa e fiscal, àquele que os Tribunais da Relação desempenham na ordem dos tribunais judiciais.

Regime geral de licenciamento aeronáutico civil

Outra Proposta de autorização o Governo a aprovar o regime geral de licenciamento aeronáutico civil e da certificação e autorização das respectivas organizações de formação.

O presente diploma estabelece quais as actividades cujo exercício está sujeito a licenciamento por parte do INAC e estabelece o âmbito e os requisitos para a emissão das respectivas licenças, de acordo com as normas técnicas da JAA (Joint Aviation Authorities).

Esta Proposta de Lei define ainda as qualificações que podem ser averbadas às licenças atrás referidas, bem como as autorizações de que necessita o pessoal aeronáutico para exercer determinadas funções.

Fixam-se também os requisitos para a certificação e autorização das organizações de formação do pessoal aeronáutico.

Finalmente, o diploma estabelece ainda o regime sancionatório aplicável a esta matéria.

Transposição para a ordem jurídica nacional

Por Decreto-Lei no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 7/2003, de 9 de Maio, é transposta para a ordem jurídica nacional a Directiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2000, relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno.

Este diploma não abrange todo o regime do comércio electrónico, mas apenas aspectos específicos dos serviços e do prestador de serviços em rede, alguns transcendendo mesmo o âmbito definido pela directiva. Isentam-se os prestadores intermediários de serviços de uma obrigação geral de vigilância sobre as informações que transmitem ou armazenam ou da investigação de eventuais ilícitos praticados no seu âmbito. Estabelece-se a validade e a eficácia dos contratos celebrados por via electrónica, com algumas excepções, e afirma-se que o envio de comunicações publicitárias, cuja recepção seja independente da intervenção do destinatário, ou por correio electrónico, carece de consentimento prévio do destinatário.

Regulamento Técnico da Produção e Comercialização de Sementes de Espécies Oleaginosas e Fibrosas

Um Decreto-Lei aprova o Regulamento Técnico da Produção e Comercialização de Sementes de Espécies Oleaginosas e Fibrosas, destinadas à produção agrícola, com exclusão de utilização para fins ornamentais, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva 2002/57/CE, do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa à comercialização de sementes de espécies oleaginosas e fibrosas, com a redacção que lhe foi dada pelas Directivas 2002/68/CE do Conselho, de 19 de Julho de 2002, e 2003/45/CE da Comissão, de 28 de Maio de 2003.

A aprovação deste Decreto-Lei decorre da obrigatoriedade de transpôr para a ordem jurídica interna as Directivas comunitárias e da necessidade de harmonizar a legislação nacional relativa a esta matéria.

Alterada a denominação de uma Escola Superior de Tecnologia

Decreto-Lei que altera a denominação da Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design das Caldas da Rainha do Instituto Politécnico de Leiria para Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha, e redefine os seus objectivos.

O presente diploma redefine os objectivos da Escola, suprimindo a componente de Tecnologia e Gestão, já existente noutra escola do Instituto, e introduzindo as componentes de Gestão Cultural, Animação e Artes do Espectáculo

Por Decreto-Lei procede-se à criação de Julgados de Paz, nos termos da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho.

O Decreto-Lei agora aprovado procede à criação de oito novos Julgados de Paz, a saber: Julgado de Paz do Porto; Julgado de Paz de Miranda do Corvo; Julgado de Paz de Terras de Bouro; Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares; Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso; Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho; Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real; Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende.

Com a aprovação deste diploma o Governo pretende dar mais um passo no desenvolvimento do projecto dos Julgados de Paz, procedendo ao seu alargamento no território nacional e promovendo, simultaneamente, em estreita parceria com as autarquias envolvidas, uma justiça de proximidade que se consubstancia numa alternativa rápida e económica ao sistema tradicional de administração da justiça.

Implementado a nível nacional, o Regulamento (CE) n.º 1019/2002 da Comissão

Por Decreto-Lei é implementado, a nível nacional, o Regulamento (CE) n.º 1019/2002 da Comissão, de 13 de Junho de 2002, relativo às normas de comercialização do azeite, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1964/2002 da Comissão, de 4 de Novembro de 2002, e pelo Regulamento (CE) n.º 1176/2003 da Comissão, de 1 de Julho de 2003, estabelecendo, igualmente, as condições a observar na obtenção e tratamento do azeite e do óleo de bagaço de azeitona.

Este Decreto-Lei fixa as condições a que devem obedecer a obtenção e tratamento do azeite e óleo de bagaço de azeitona, bem como as regras sobre a sua comercialização estabelecidas no Regulamento (CE) n.º 1019/2002 da Comissão, relativo às normas de comercialização do azeite, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1964/2002 da Comissão e pelo Regulamento (CE) n.º 1176/2003 da Comissão.

As características de qualidade que devem apresentar as matérias-primas a utilizar na obtenção destes produtos, bem como quais as operações tecnológicas e outras admissíveis na obtenção e tratamento dos mesmos, estão igualmente previstas neste diploma que, por sua vez, proíbe alguns processos e operações tecnológicas.

Fixam-se as categorias comerciais do azeite e do óleo de bagaço de azeitona destinado ao consumidor final e definem-se as características a que devem obedecer estes produtos e quais os métodos de análise a utilizar.

O azeite e o óleo de bagaço de azeitona devem apresentar-se ao consumidor final pré-embalados em embalagens de capacidade máxima de cinco litros, podendo as embalagens de azeite e de óleo de bagaço de azeitona atingir a capacidade máxima de 25 litros, quando destinadas aos restaurantes, hospitais, cantinas e similares.

Cria-se um regime de aprovação das empresas de acondicionamento.

As entidades explicitamente envolvidas no controlo da aplicação deste diploma são: a Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, as Direcções Regionais de Agricultura e o Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

Estatuto dos militares em missões humanitárias e de paz no estrangeiro

Por Decreto-Lei é alterado o Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro, que aprova o estatuto dos militares em missões humanitárias e de paz no estrangeiro.

O presente diploma concretiza o regime aplicável à licença especial de férias do pessoal das Forças Nacionais Destacadas e especifica o início e o fim da missão para as forças e unidades navais que se encontrem no desempenho de uma anterior missão e a esta regressem finda a missão humanitária e de paz.

Áreas críticas de recuperação

Decreto que declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística o Bairro da Cova da Moura e concede ao município da Amadora o direito de

Conselho de Ministros

preferência, nas transmissões a título oneroso entre particulares, de terrenos ou edifícios situados nesta área.

O **Bairro da Cova da Moura**, no município da Amadora, apresenta uma estrutura habitacional, social e ambiental bastante degradada, com graves insuficiências de infra-estruturas urbanísticas, espaços verdes e equipamentos sociais.

Deste modo, torna-se necessário dotar a Câmara Municipal da Amadora de mecanismos jurídicos expeditos que possibilitem a reabilitação e renovação urbana daquele Bairro e a possibilidade de o município poder vir a adquirir os imóveis que sejam transaccionados na zona, de modo a viabilizar a respectiva reabilitação.

Decreto que declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística o **Núcleo de A-da-Beja** e concede ao município da Amadora o direito de preferência, nas transmissões a título oneroso entre particulares, de terrenos ou edifícios situados nesta área.

O Núcleo de A-da-Beja, pertencente à freguesia de São Brás, no Município da Amadora, classificado no Plano Director Municipal da Amadora como valor concelhio, tem vindo a degradar-se sucessivamente nos últimos anos. Tal degradação repercute-se necessariamente na qualidade de vida dos seus habitantes.

Deste modo, torna-se necessário promover a sua recuperação, possibilitando a execução de obras que não ponham em causa a preservação do referido núcleo urbano, no qual será instalado um Gabinete Técnico, de forma a criar as condições que possibilitem dar início à elaboração de projectos de intervenção naquele núcleo.

A Câmara Municipal da Amadora pretende elaborar um plano de pormenor para a área, que tenha por objectivo a respectiva requalificação e preconize a valorização do património existente – através da adopção de medidas que contribuam para corrigir eventuais deficiências no edificado – a qualificação de usos e a garantia de infra-estruturas adequadas às necessidades da população residente.

Delegação de competências de concessão de nacionalidade

Por Resolução do Conselho é delegada nos Ministros da Administração Interna e da Justiça, com a faculdade de subdelegação, a competência conferida ao Conselho de Ministros no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 308-A/75, de 24 de Junho.

A presente resolução visa delegar nos Ministros da Administração Interna e da Justiça, com a faculdade de subdelegação, a competência conferida ao Conselho de Ministros, no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 308-A/75, que permite a concessão da nacionalidade portuguesa a indivíduos que comprovem ter tido uma ligação a Portugal.

Elaboração dos planos regionais de ordenamento florestal

Uma Resolução do Conselho de Ministros altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2000, de 13 de Setembro, que incumbe as direcções regionais de agricultura de elaborar os planos regionais de ordenamento florestal.

A presente Resolução modifica a organização dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), nos seguintes termos:

a) Integra-se a sub-região de Basto no território PROF correspondente às NUTS (Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins estatísticos) de nível III – Tâmega;

b) Afecta-se o Município de Mafra ao território PROF correspondente às NUTS de nível III – Grande Lisboa.

Na sequência da estipulação de novos prazos para a conclusão dos PROF, estabelecidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2003, de 30 de Abril, é revogado o anterior prazo de dois anos previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2000

Instalação e modificação de estabelecimentos de comércio

Aprovada uma Proposta de Lei que estabelece o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e por grosso em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais.

O corpo de normas constante do Decreto-Lei n.º 218/97 e da Portaria n.º 739/97 – diplomas legais que regulavam esta matéria – e, bem assim, a

metodologia que deles decorre, atingiram uma situação de esgotamento que se foi aprofundando e agravando ao longo do tempo.

Era, pois, urgente rever a legislação em vigor, substituindo-a por novos textos legais e definindo uma nova abordagem, tanto mais que o licenciamento das unidades de comércio a retalho alimentar ou misto está suspenso desde Outubro de 2001, por decisão do anterior Governo, em virtude de se haver constatado ter sido atingido, no segmento referido e tendo por base os cabazes de referência utilizados e que tipificavam as unidades e insígnias existentes, o limite máximo de 35 % previsto, a nível do Continente, pela anteriormente citada Portaria.

O novo regime de licenciamento comercial estabelece novos critérios e uma nova metodologia segundo os princípios da descentralização da decisão, defesa da concorrência e dos consumidores e defesa da competitividade das empresas do sector.

Aprova a orgânica das direcções regionais da Economia

Um Decreto-Lei aprova a orgânica das direcções regionais da Economia.

A nova orgânica, decorrente da reestruturação do Ministério da Economia prevê o reforço das competências das DRE, no contacto regional e articulado do Ministério da Economia com os agentes económicos, os órgãos do poder local e com as estruturas desconcentradas da administração central.

Deste modo, potenciam-se os níveis de eficácia da execução das políticas do Ministério nos sectores da indústria, do comércio e serviços, da energia, dos recursos geológicos, da qualidade e do turismo.

Aprovada a orgânica da Direcção-Geral da Empresa

Um dos propósitos enunciados no Programa do XV Governo Constitucional prende-se com a reforma dos serviços da Administração Pública, sendo que tal reforma encontra um ponto de sustentação na nova lei orgânica do Ministério da Economia e no modelo agora proposto para a Direcção-Geral da Empresa.

O modelo da estrutura da Direcção-Geral da Empresa permite a criação de uma estrutura eficaz na detecção dos problemas e na apresentação de soluções normativas adequadas.

Neste sentido, procurou-se desenvolver uma estrutura que integra competências que identificam os agentes económicos e contém os pilares que permitem fazer desta Direcção-Geral, uma Direcção-Geral das empresas e para as empresas que, embora não rompendo completamente com o modelo existente, estrutura-se em serviços operacionais de apoio às políticas sectoriais e às políticas transversais.

Esta estrutura enquadra de forma valorativa o pessoal mais qualificado das estruturas que são extintas (Direcção Geral da Indústria, Direcção Geral do Comércio e Concorrência e Direcção Geral das Relações Económicas Internacionais) e introduzem-se instrumentos de gestão flexível, adequados à missão que lhe é atribuída.

Aprovada a Reforma Estrutural do Sector Florestal

Por Resolução do Conselho de Ministros foi aprovado o conjunto das medidas e acções relativas à Reforma Estrutural do Sector Florestal.

Exonerado a seu pedido, o gestor do PRIME

Por resolução do Conselho de Ministros foi exonerado a seu pedido, o gestor do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME).

No âmbito do Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia, o Programa Operacional da Economia (POE) – actualmente designado como Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME) – constituiu um instrumento financeiro fundamental no apoio ao desenvolvimento e modernização do tecido empresarial, tendo em vista o objectivo de aumento da produtividade e competitividade da economia portuguesa.

O gestor do POE/PRIME o engenheiro Luís Filipe Alves Monteiro, desempenhou essa função com notável competência e eficiência, o que em muito contribuiu para a concretização dos objectivos específicos do programa em causa, para o sucesso das medidas tendentes à reestruturação das políticas de empresa e para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento económico do país.

Todavia, tendo sido recentemente nomeado para o exercício de outras funções, igualmente de elevado e relevante interesse público, procede-se, a seu pedido, à sua exoneração.

Durão Barroso e Jean-Pierre Raffarin na primeira cimeira Luso-Francesa dominada pelas mudanças na União Europeia

As relações bilaterais entre Portugal e França, a questão do Iraque e as mudanças em curso na União Europeia dominaram a primeira cimeira luso-francesa, que teve lugar em Lisboa no dia 31.

Durão Barroso e o seu homólogo francês, Jean-Pierre Raffarin, participaram na cimeira cujo modelo foi acordado há um ano, em Paris, entre o Primeiro-Ministro português e o presidente francês, Jacques Chirac, como forma de realçar as relações bilaterais.

“A França realiza cimeiras bilaterais apenas com os países com os quais tem fronteiras. O facto de ter feito uma excepção com Portugal, revela o interesse em aprofundar relações com o nosso país”, sublinhou uma fonte do gabinete do Primeiro-Ministro.

Paralelamente à reunião dos chefes de Governo de Portugal e França, foi ainda realizado um seminário económico, no qual empresários portugueses se reuniram com homens de negócios franceses para, segundo a mesma fonte, “discutir o relacionamento económico” entre os dois países e as “oportunidades de negócio”.

A questão do alargamento da União Europeia aos países de Leste e as consequências económicas resultantes desta mudança foram também tema de debate entre os empresários que, no final, apresentaram as suas conclusões a Durão Barroso e a Jean-Pierre Raffarin.

A este respeito, sublinhe-se que a existência das vertentes política e empresarial numa mesma cimeira é “inédita” e “foge às regras das cimeiras clássicas”, sendo esta a característica principal do modelo concertado há um ano entre os dois países.

“Todos os anos haverá um encontro clássico entre o primeiro-ministro português e o seu homólogo francês, e paralelamente, haverá esta participação da sociedade civil”, afirmou, sublinhando a importância dos dois países “cruzarem interesses”, não apenas ao nível do Governo.

No próximo ano, a cimeira luso-francesa irá decorrer em França,



devido funcionar nos mesmos moldes, embora a participação da sociedade civil seja “possivelmente” dedicada à área cultural.

Até ao final do ano, Portugal será também palco da cimeira ibérica, que irá decorrer na Figueira da Foz, a 07 e 08 de Novembro.

Nessa ocasião, os chefes de Governo de Portugal e Espanha e ministros dos seus governos irão debater as relações ibéricas, com destaque para o projecto de alta velocidade ferroviária de ligação entre os dois países.

O encontro entre os empresários portugueses e os ministros da Economia de Portugal e França decorreu durante a manhã e foram analisadas oportunidades de negócios e investimentos.

O primeiro-ministro ofereceu um almoço ao seu homólogo francês, no qual estiveram presentes diversas personalidades dos dois países, além dos participantes no encontro de trabalho.

À tarde realizaram-se diversas “mesas redondas” sobre as perspectivas do alargamento da União Europeia, e a reunião dos dois chefes de Governo terminou com uma conferência de imprensa conjunta, onde Durão Barroso e Jean-Pierre Raffarin apresentaram as suas conclusões do encontro.

Na conferência de Imprensa que

os seus eleitores. Tem de haver concessões”, frisou Durão Barroso, voltando a sublinhar a necessidade de existir “boa vontade” na discussão sobre a futura Constituição da Europa, por forma a se superarem as divergências.

Ao ser suscitada a questão da intenção francesa de não cumprir o limite do défice de três por cento, ou seja, de violar novamente o Pacto de Estabilidade e Crescimento, Durão Barroso afirmou que “rejeitava a possibilidade de Portugal pedir à União Europeia que sancione a França pelo não-cumprimento, garantindo que Lisboa terá uma “atitude de compreensão”.

“Não vamos pedir a aplicação de sanções à França, do mesmo modo que Portugal não teve sanções por ter violado o Pacto de Estabilidade (PEC) em 2001”, disse. Apesar de sublinhar a necessidade dos governos seguirem uma política de controlo orçamental, o Primeiro-ministro considerou ser necessário “ajudar a França”, que se encontra na iminência de ultrapassar o limite de 03 por cento de défice estipulado pela União Europeia (EU).

“Portugal não vai tornar a vida mais complicada à França”, voltou a assegurar Durão Barroso, acrescentando que quando a questão de uma eventual aplicação de sanções à França for colocada na UE, o governo português “terá uma posição de simpatia e compreensão”.

A uma pergunta um jornalista, que contrastava essa atitude portuguesa com a defesa intransigente do controlo orçamental a nível interno, Durão Barroso respondeu que o próximo ano será de retoma orçamental na Europa, que “será ainda maior” em 2005 e 2006.

“Foi precisamente isso que me disse o meu colega de França, acrescentando que “existe um destino comum” entre os países da UE, o que significa que qualquer decisão tomada a nível interno terá repercussões nos restantes estados-membros. “Por exemplo, Portugal está a sofrer com o facto da Alemanha estar em recessão”, justificou o primeiro-ministro, que salientou as “medidas duras” que o governo francês está a aplicar, à semelhança do que “está a acontecer” em Portugal.

“Há muitas questões comuns entre França e Portugal. Temos ambos pesadas heranças, em termos de

encerrou os trabalhos, Durão Barroso afirmou-se confiante quanto à possibilidade de se alcançar um consenso entre os países da União Europeia (UE) em relação à futura Constituição da Europa.

“Estou confiante que vai ser possível encontrar uma solução de compromisso”, disse.

“As divergências podem ser ultrapassadas se houver boa vontade”, acrescentou o primeiro-ministro, referindo-se ao facto dos estados-membros da UE manterem posições diferentes entre si quanto à futura Constituição europeia, que está ainda a ser discutida no âmbito da Conferência Intergovernamental (CIG).

Colocado perante o facto da CIG terminar no final do ano e ainda existirem divergências a superar, Durão Barroso disse ser desejável que a futura Constituição europeia esteja pronta “até ao final do ano”, já que seria “negativo” prolongar os trabalhos.

Sobre as divergências, nomeadamente entre Portugal e França, o primeiro-ministro admitiu “não haver coincidência absoluta de posições”, embora tenha sublinhado a existência de um ponto comum: “o espírito de compromisso”.

“Na Europa tem de haver compromisso. Quem disser o contrário não está a ser honesto com



Cimeira Luso-Francesa

«Interesse em aprofundar as relações com Portugal»

(conclusão)

dívidas do passado e em termos da situação financeira”, sublinhou Durão Barroso.

O chefe do Governo português referiu algumas das medidas que estão a ser levadas a cabo pelo seu executivo para reduzir a despesa pública, tendo ainda feito referência ao Orçamento de Estado para 2004, que designou de “orçamento de consolidação”.

Nesse orçamento, acrescentou o primeiro-ministro, haverá uma política de desagravamento fiscal sobre as empresas, baixa no IRC e um incentivo ao investimento.

Por sua vez, o primeiro-ministro francês garantiu que a França “não irá bloquear o debate” sobre a futura Constituição europeia, em discussão no âmbito da Conferência Intergovernamental (CIG), prometendo “um espírito de abertura” durante os trabalhos que deverão continuar até ao final do ano.

A futura Constituição da Europa foi, aliás, um dos temas centrais no encontro que juntou Durão Barroso e Jean-Pierre Raffarin, com ambos a sublinhar que as divergências que

separam os dois países nesta questão “são ultrapassáveis”.

“Não vejo qualquer aspecto inultrapassável no projecto de Constituição Europeia ou no processo de construção da Europa”, sublinhou Jean Pierre Raffarin, secundado pelo primeiro-ministro português que manifestou a convicção de que os dois países poderão superar as divergências se “houver boa vontade”.

O Primeiro-ministro francês mostrou-se bem disposto na conferência, usando na lapela o emblema do Euro-2004, e bem humorado deixou por momentos a política para enaltecer a vitória dos galeses sobre os norte-americanos no Mundial de rãguebi.

“O desporto é uma coisa em que somos bilingues: somos futebol e rãguebi. E porque hoje batemos os Estados Unidos (na Taça do Mundo de Rãguebi), espero que não vejam nisto qualquer significado político”, comentou o primeiro-ministro francês, provocando risos entre os presentes.



O chefe do Governo francês tinha começado por pedir desculpa aos jornalistas por não se poder dirigir uma única vez em português.

Ao almoço, Jean Pierre Raffarin tinha sido apresentado pelo seu

homólogo português com uma t-shirt do Euro-2004, tendo no final da cimeira manifestado profundo agrado pela forma como os trabalhos decorreram.

- Lusa

Teresa Gouveia na Conferência «5+5» em Paris

As relações entre os países do grupo 5+5, que reúne cinco países do norte de África e cinco do Sul da Europa, devem ser reforçadas no actual contexto do alargamento europeu, defendeu no dia 30, em Paris, a Ministra dos Negócios Estrangeiros portuguesa.

Teresa Gouveia falava no final da reunião extraordinária dos chefes de diplomacia de cinco Estados Europeus (Portugal, Espanha, França, Itália e Malta) e cinco países da União do Magrebe Árabe (Marrocos, Líbia, Síria, Mauritânia e Argélia), que decorreu na quarta e quinta-feira no Castelo de Esclimont, nos arredores de Paris.

A ministra esclareceu que a posição portuguesa é a de que o eixo euro-mediterrânico não deve ser esquecido no momento do alargamento dos Quinze aos dez novos membros, vendo nos cinco parceiros os “catalizadores do relacionamento do Magrebe com a Europa”.

“Portugal deve valorizar esta especificidade em matéria de relacionamento



internacional”, frisou a ministra.

Nas conclusões da reunião ficou inscrito que a cooperação entre a União Europeia e os Estados do Magrebe pode contribuir para a integração política do Magrebe Árabe, apontando como prioridades a energia, a água, os transportes e as tecnologias de informação.

“Embora haja divergências quanto aos métodos e ao passado, não há divisões quanto ao futuro”, assegurou Teresa Gouveia.

Os dez países debateram ainda a situação do Médio Oriente e a necessidade de “manter a esperança da paz que constitui o Roteiro da Paz do Quarteto”, mostrando-se abertos a “qualquer iniciativa que permita

progredir no sentido da paz”.

A reunião serviu ainda de preparação para a próxima cimeira de chefes de Estado e de Governo do grupo 5+5, em Tunes, a 06 e 06 de Dezembro deste ano.”É uma reunião que vai formalizar o 5+5”, afirmou Teresa Gouveia. -

Lusa

Durão Barroso em Angola

Um momento histórico nas relações Portugal/Angola

O Primeiro-Ministro define parâmetros do relacionamento entre os dois Estados

O ponto mais alto das cerimónias públicas que ocorreram durante a visita do Primeiro-ministro a Angola, pela sua solenidade e pela importância e simbolismo das declarações proferidas, foi a sua recepção na Assembleia nacional Angola, em que teve oportunidade, na presença de governantes dos dois países, de se dirigir aos eleitos da democracia angolana, que pela primeira vez, após tantos anos de guerra, têm à sua frente um caminho de Paz e Progresso, que decerto saberão trilhar com determinação, apesar das dificuldades que não podem ignorar-se. Durão Barroso, desde sempre conhecedor e observador atento da realidade angolana, foi recebido naquele fórum, na dupla qualidade de estadista e amigo e ambas as qualidades emergiram do seu discurso, cujo texto a seguir reproduzimos:

Durão Barroso discursa no Parlamento Angolano: «Um gesto de amizade dos representantes eleitos pelo povo angolano para com o povo português».

O Primeiro-ministro português, após as saudações protocolares às altas individualidades presentes e a todos os Deputados, afirmou:

«Sinto-me muito honrado por esta oportunidade que me é dada para me dirigir à Assembleia Nacional da República de Angola. Este convite deve ser entendido como aquilo que realmente é: um gesto de amizade dos representantes eleitos pelo povo angolano para com o povo português.

«Este Parlamento, onde têm assento mais de uma dezena de partidos políticos, é a casa-mãe da democracia em Angola. Ele é a expressão da aspiração à liberdade do povo angolano. Por isso mesmo, quero aqui saudar todos os angolanos, que lutaram para que Angola seja hoje uma nação independente, livre e empenhada em seguir a via da democracia e do desenvolvimento.

«Pelo caminho excepcionalmente difícil que tem trilhado nos seus 28 anos de existência, a República de Angola merece o respeito da comunidade internacional; e tem o nosso respeito.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, regresso a Angola como um amigo de sempre. Mas posso dizer-vos com segurança que este é também o estado de espírito dos portugueses relativamente ao vosso país. O destino de Angola nunca foi indiferente aos portugueses. A geografia separa-nos, mas ligam-nos uma vivência e valores permanentes que transcendem mesmo os nossos governos e regimes políticos.

«Angola vive finalmente em paz. Uma paz conquistada pelos próprios angolanos. Uma paz que veio para ficar. Mas também uma paz em que muitos membros da comunidade internacional nem sempre acreditaram, e porque não admiti-lo, nem sempre favoreceram.

«Orgulho-me de ter, de alguma maneira, acompanhado a vossa caminhada, nomeadamente com Bicesse, que daria o primeiro período de Paz que Angola experimentou depois de tantos anos de guerra. Centenas de compatriotas meus aqui estiveram também em diferentes fases do processo de paz. E não posso deixar aqui de sublinhar que, não obstante tudo aquilo que os dividiu, os angolanos não se deixaram dividir. O facto de terdes sempre acreditado no vosso país, independentemente das vossas convicções políticas, é a vossa maior força. Unidos sabereis consolidar a paz e reconciliar toda a família angolana.



«Pela mesma razão, nós portugueses temos confiança no futuro de Angola; e dizemos com convicção que acreditamos em Angola, nos contactos regulares que mantemos com os nossos aliados europeus e norte-americanos.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, venho a Angola com uma mensagem clara: O Governo que chefiado está pronto a trabalhar para que se comece a desenhar nesta visita um novo salto qualitativo que faça dos nossos países interlocutores privilegiados recíprocos relativamente às regiões em que se inserem. Vêm comigo dez membros do meu Governo para ajudarem a identificar áreas em que poderemos intensificar a nossa

cooperação. Viemos todos a Angola de espírito aberto e com uma agenda transparente.

«Angola e Portugal vivem um momento irrepetível. Conheçemo-nos bem, mas podemos conhecemo-nos melhor. O nosso passado é o que é e a sua avaliação será sempre subjectiva. Devemos encerrar de vez os “contenciosos” que ainda sobrevivem do nosso passado.

«O que temos é de “regressar ao futuro”. Podemos e devemos trabalhar para construirmos um futuro comum assente na amizade, no respeito e no benefício mútuos. O tipo de relacionamento que queremos ter depende inteiramente de nós, e a nossa geração política está comprometida com essa visão de futuro.

«As relações entre Portugal e Angola não poderão ser apenas o resultado do mero saldo contabilístico!»

«Senhor Presidente, senhores Deputados, as relações entre Portugal e Angola não poderão ser apenas o resultado do mero saldo contabilístico apurado entre o deve e o haver das respectivas balanças comerciais. Mas aquilo que poderemos fazer no campo económico é muito importante, e por isso mesmo, convidei a integrarem a minha comitiva um conjunto muito representativo de empresários portugueses com capacidade para contribuírem para a criação de riqueza em ambos os países. Também aqui vos trago uma mensagem clara: estaremos presentes na reconstrução e reabilitação da economia angolana, se for esse o desejo das autoridades angolanas. Caberá aos dois Governos a criação de condições objectivas para que os empresários de ambos os lados possam intensificar esta cooperação económica.

«Como sempre, para benefício mútuo. Mas desejamos também trabalhar convosco noutros domínios. Partilhamos interesses e valores comuns muito abrangentes. Somos dois países independentes que pretendem trilhar a senda da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito. Em termos de convivência política, não há uma alternativa melhor às possibilidades de condução da “coisa pública” do que aquela que estes valores nos oferecem.

«Embora em planos diferentes, temos também de enfrentar o desafio do desenvolvimento. As chagas do conflito são ainda muito visíveis em Angola, não obstante os esforços que as autoridades angolanas têm empreendido para fazer face à corrente situação.

«Angola não precisa de caridade, mas precisa de amigos. E eu digo-vos que podem contar connosco!

«Não obstante o meu país atravessar uma conjuntura financeira desfavorável, decidimos efectuar um investimento significativo no Programa Indicativo da Cooperação para o período 2004-2006, ontem assinado no Palácio Presidencial. Vamos investir melhor na luta contra a pobreza, em áreas como as da saúde, da educação, do reforço social e da promoção de emprego.

Durão Barroso em Angola

«Somos dois países independentes que pretendem trilhar a senda dos Direitos Humanos e do estado de Direito»

«Continuamos também a apoiar a proposta angolana de realização de uma Conferência Internacional de Doadores, incluindo a União Europeia, os Estados Unidos da América e as instituições financeiras internacionais. Apreciamos a franqueza e sentido de responsabilidade que Angola tem demonstrado nesta matéria. Seremos sobretudo, o vosso advogado desta causa na Europa.

«A comunidade internacional tem o dever de auxiliar Angola a dar boas



perspectivas de vida aos milhões de pessoas que, de várias maneiras, não foram poupadas a um sofrimento inaceitável. Não se pode pedir a Angola, durante anos vítima de jogos internacionais de poder de natureza geoestratégica, que se desenvolva exclusivamente com base nos recursos que, de momento, dispõe.

«Os principais promotores do nosso relacionamento bilateral terão de ser os nossos cidadãos»

«Senhor Presidente, senhores Deputados, os principais promotores do nosso relacionamento bilateral terão de ser os nossos cidadãos. Milhares de angolanos vivem em Portugal e milhares de compatriotas meus escolheram viver em Angola. Permitam-me que saúde os portugueses que aqui vivem há mais tempo e que, dessa forma, afirmam no dia a dia que acreditam neste belo país. Mas temos também mais de quarenta mil pessoas com dupla nacionalidade, um número deveras relevante. Para todos eles, qualquer melhoria no nosso já excelente relacionamento não é uma opção – é uma necessidade que devemos ter bem presente.

«Portugal e Angola partilham também um idioma comum; e um idioma que os escritores, os poetas e os jornalistas angolanos muito bem têm trabalhado. A visita que ontem efectuei à União de Escritores de Angola foi uma expressão do reconhecimento português pelo muito que as mulheres e os homens de letras angolanos têm feito pelo enriquecimento da Língua Portuguesa. Uma língua que faz parte das nossas identidades próprias num mundo cada vez mais globalizado e quiçá, com tendência para uma uniformização excessiva.

«Angola e Portugal têm um interesse comum evidente em desenvolverem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, enquanto espaço de afirmação política comum. Uma melhor concertação de estratégias dará, seguramente, bons resultados.

«Posso dar-vos um exemplo prático: se não tivesse sido a pressão oriunda do espaço da CPLP, Timor-Leste teria, com toda a certeza, sentido dificuldades muito maiores em conseguir a sua independência.

«Muito poderemos fazer com a CPLP noutras áreas, parecendo-nos de estimular a acção do Conselho Empresarial da Comunidade. Num plano diverso, o projecto luso-angolano de criação de um Centro de Operações de Apoio à Paz poderá constituir, se assim o desejarmos, o embrião de uma

cooperação progressivamente alargada entre os Estados da CPLP e as Nações Unidas ou organizações relevantes de natureza regional.

«Com Angola, mas também com os outros parceiros da CPLP, poderemos promover junto das Nações Unidas e noutros “fora” medidas práticas sobre a prevenção de conflitos. Este é um domínio em que poderemos falar a uma só voz. E Angola, que no próximo mês terá a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas – um facto que saúdo – encontra-se numa situação privilegiada para fazer avançar este tema tão importante para a agenda internacional.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, Angola e Portugal poderão dar ao mundo um exemplo de convivência na relação entre povos habitando regiões diversas. A distância física a que nos encontramos foi superada pela proximidade afectiva entre os nossos povos. Portugal é já um amigo especial de Angola na União Europeia. Da mesma forma, olhamos para Angola como o nosso ponto de apoio natural para a região em que se insere. O benefício mútuo é a única limitação à ambição daquilo que poderemos fazer em conjunto.

«Como sempre, para benefício de Angola e para benefício de Portugal. Porque, como se diz neste país, “estamos juntos”. Viva Angola! Viva Portugal! «Muito obrigado».

Uma comparência no Encontro dos Engenheiros da CPLP

Entretanto, tinham já decorrido outros pontos do programa da visita, cuja agenda foi, de facto, muito compacta, comprimindo em breves dias um “tour d’horizon” dos mais relevantes sectores públicos e privados da vida actual de Angola.

Ainda no dia 27, Durão Barroso e o seu homólogo, participaram nos trabalhos da primeira sessão do V Encontro dos Engenheiros da CPLP, durante a qual o Primeiro-ministro português fez a entrega ao Primeiro-ministro angolano da maqueta de uma ponte concebida por Edgar Cardoso, em 1966, para a travessia do Rio Longa, na estrada que liga a cidade do Lobito a Luanda.

Esta entrega simbólica traduziu, segundo Durão Barroso, “o empenhamento da engenharia portuguesa no desenvolvimento de Angola e a



vontade comum aos países da CPLP do reforço das relações”.

«Acredito que há um grande futuro para Angola e que as competências da engenharia portuguesa serão úteis ao seu desenvolvimento” disse, aos engenheiros dos países de língua portuguesa.

Este V Encontro de Engenheiros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), que começou no dia da presença dos dois governantes – dia 27 – decorreu na capital angolana até ao dia 29, incluindo um seminário Internacional sobre infra – estruturas de saneamento básico.

Temas como a cooperação para o desenvolvimento tecnológico e o ensino da engenharia na CPLP foram abordados durante o encontro que congregou

Durão Barroso em Angola

«Angola não precisa de caridade mas precisa de amigos... e digo-vos que podem contar connosco»

representantes de todos países membros.

O seminário de saneamento básico teve quatro painéis de debate, e foram discutidos temas relacionados com o “Enquadramento Institucional do Sector de Água”, “Instrumentos Financeiros para Reabilitação de Infra-estruturas”, “Modelos de Gestão”, “Especialização e Organização dos Serviços” e a “Qualidade da Água e Saúde Pública”.

Foi ainda lançado durante o encontro um livro denominado “100 Obras da Engenharia Portuguesa no Mundo, no Século XX”.

Angola é o país mais referenciado nesta obra, que destaca os portos de



Luanda, do Lobito e do Namibe, pontes, caminhos-de-ferro, estradas, o aeroporto de Luanda, sete barragens e diversos edifícios públicos, bem como a rede geodésica e cartográfica e a exploração agropecuária da Celta.

Primeiro-ministro angolano “assina por baixo” declarações de Durão Barroso

Outro ponto a destacar na visita foi a intervenção dos dois governantes na cerimónia de encerramento do seminário económico organizado pelo ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, no dia 27, na qual o Primeiro-ministro português garantiu que, uma vez alcançada a Paz, estão criadas as condições para uma “aposta decisiva” de Portugal em Angola e de Angola em Portugal que pode e deve materializar-se no plano económico e empresarial.

A declaração de Durão Barroso foi imediatamente apoiada e corroborada pelo PM angolano, Fernando Piedade Dias (Nandó), que disse “assinar por baixo”.

“Eu adopto as ideias do Dr. Durão Barroso e assino por baixo, avalizando que podem vir para Angola, com confiança e segurança”, salientou, dirigindo-se à plateia de mais de 200 empresários dos dois países, que participaram nos trabalhos.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro português salientou que “Portugal tem uma relação e uma proximidade privilegiadas com Angola”.

“Para Portugal, uma visão estratégica de desenvolvimento, de abertura ao exterior, de procura de novos mercados passa certamente por Angola”, frisou.

É por essa razão que Portugal “ambiciona uma parceria estratégica com Angola”, dado que, continuou, Portugal e as empresas portuguesas “têm competências específicas que podem ser muito úteis no processo de reconstrução em Angola”.

Durão Barroso acentuou ainda que “o interesse dos portugueses em Angola é muito mais do que apenas económico. É cultural, resulta de uma afinidade e de um sentimento profundo que transcende as relações entre os

líderes políticos e as relações formais entre os nossos governos”.

“Acreditem em mim, Angola está nos nossos valores e na nossa cultura”, vincou.

O conceito de parceria estratégica que Durão Barroso quer ver executado assenta na pretensão em “Portugal querer ser o parceiro privilegiado de Angola na União Europeia e na Europa”.

A reciprocidade é reclamada também por Durão Barroso, que sustenta o interesse português em ser, igualmente, “o parceiro privilegiado de Angola nesta região de África”.

“As empresas portuguesas podem operar nesta região através das plataformas em que tenham maior confiança e onde conheçam melhor a realidade. Acredito que Angola pode e deve vir a ser essa plataforma”, acrescentou.

O segundo dia da visita de Durão Barroso terminou com o jantar de cerimónia, que lhe foi oferecido pelo presidente José Eduardo dos Santos, uma iniciativa pouco sem precedentes na liderança angolana, pois é protocolarmente reservada a chefes de Estado visitantes.

A visita prosseguiu no dia seguinte, 28, com algumas actividades em Luanda, durante a manhã, seguindo-se a deslocação a Benguela, onde existe um apreciável núcleo de nacionais portugueses e um Consulado Geral de Portugal.

Visita ao Banco Comercial de Angola

A primeira visita do dia, em Luanda, foi dedicada à nova sede do Banco de Fomento, do grupo BPI, um edifício de 13 pisos no centro de Luanda, num investimento superior a 20 milhões de dólares.

O edifício-sede, inaugurado em Julho deste ano, demorou cerca de vinte meses a construir, tendo a obra estado a cargo de uma construtora portuguesa, a Soares da Costa.

No final da visita, o presidente do Grupo BPI, Artur Santos Silva, manifestou a disponibilidade de reforçar cada vez mais a presença do grupo em Angola, através do Banco de Fomento.

“Todos os dias vemos na área de banca de empresas (...) aparecerem novos investimentos e, muitas vezes, interesses portugueses de mãos dadas com interesses angolanos na concretização de investimentos em Angola”, salientou Artur Santos Silva.



De acordo com Fernando Teles administrador do Banco Fomento de Angola, além da sede, a instituição conta abrir ainda até ao final do ano mais quatro balcões, dentro da estratégia de expansão do banco a todas as

Durão Barroso em Angola

Visita ao Banco Comercial e deslocação a Benguela encontro com a Comunidade Portuguesa

provincias.

Cuito, Malange, Saurimo e Mulemba vão ser os próximos centros urbanos a beneficiar de novas instalações do Banco de Fomento, que durante este ano já inaugurou nove novos balcões no seu programa para o próximo ano a abertura de mais 15, visando cobrir o resto das províncias e reforçar a presença na área de Luanda.

O Banco de Fomento de Angola detém actualmente uma posição invejável no mercado angolano, sendo o primeiro em depósitos, com cerca de 530 milhões de dólares, o segundo em número de agências e em trabalhadores ao seu serviço, com 434 funcionários, e ocupando a terceira posição em crédito concedido, que ronda os 145 milhões de dólares.

A penetração do Fomento tem-se acentuado com a introdução de produtos inovadores como a conta-ordenado e o crédito à habitação, que estão a registar uma grande aceitação, o que permite perspectivar que o este ano venha a fechar com o dobro do crédito do anterior, atingindo os 170 a 180 milhões de dólares concedidos, contra os 90 milhões de 2002.

Deslocação a Benguela e recepção aos portugueses ali fixados

O primeiro ponto político da agenda contemplava uma intervenção perante a Assembleia Nacional angolana, que pela sua importância levámos à abertura desta reportagem. Ao chegar ao edifício da Assembleia Nacional angolana, Durão Barroso recebeu honras militares e manteve um encontro prévio com o Presidente da Assembleia, Roberto de Almeida, que o acompanhou em seguida ao anfiteatro, sendo recebido de pé e com aplausos pelos Deputados de todos os partidos.

Depois de intervir no parlamento, e sempre acompanhado do seu homólogo angolano, Durão Barroso viajou de avião para Benguela, onde teve um encontro com o governador provincial, Dumilde Rangel, e ofereceu uma recepção à comunidade portuguesa.

A inauguração do Centro de Língua Portuguesa em Benguela é a concretização dum projecto do Instituto Camões, que o Primeiro-ministro português definiu como “magnífico exemplo” da cooperação portuguesa.

O projecto visa garantir aos professores angolanos formados pelo Magistério Primário de Benguela o domínio da Língua Portuguesa e contempla uma biblioteca, um parque informático e material de escritório.

O Centro de Língua Portuguesa de Benguela está orçado em oito milhões de euros e a sua abertura coincide com o início do primeiro ano do bacharelato do Magistério Primário, em que se encontram inscritos 170 alunos.

A esta inauguração estiveram também presentes o seu homólogo angolano e o Governador Dumilde Rangel bem como o Bispo da diocese de Benguela, D. Óscar Braga.

A inauguração do Centro de Língua Portuguesa seguiu-se ao encontro que Durão Barroso manteve com Dumilde Rangel logo à chegada a esta cidade do sul de Angola, tendo depois almoçado com o Bispo D. Óscar e visitado, de carro, a vizinha cidade do Lobito.

Mais tarde, na recepção à comunidade portuguesa, neste reencontro com os nossos compatriotas, Durão Barroso repetiu o que fez no Domingo, logo à chegada a Luanda, insistindo no papel que julga caber à comunidade portuguesa radicada em Angola para a reconstrução do país em que optaram por continuar após a independência, em 1975. A comunidade portuguesa residente em Benguela é avaliada oficialmente em cerca de 10.000 elementos.

Durão Barroso revelou, nesse encontro, que as autoridades dos dois países vão simplificar os procedimentos administrativos para a circulação de pessoas “nos dois sentidos”.

“Vamos manter e reforçar a presença diplomática em Angola e estamos com as autoridades angolanas a procurar tomar mais fáceis os procedimentos administrativos relativos à circulação das pessoas”, referiu Durão Barroso, que exortou os milhares de portugueses residentes em Angola a continuarem a lutar pelo país “que não abandonaram nem nos momentos mais difíceis e que tem um futuro promissor”.

“Obrigado por terem ficado e terem mantido bem alto o nome de Portugal”, agradeceu, prometendo que o governo de Lisboa fará a sua parte na criação das condições institucionais para reforçar as relações entre os dois países.

É no factor humano, nos laços familiares e no afecto – Durão Barroso referiu ter primos em Benguela – que o primeiro-ministro português confia para o êxito de uma nova etapa no relacionamento, em que Portugal e Angola podem construir uma parceria estratégica em benefício mútuo, vaticinando que “Angola vai ser um dos países com a taxa de crescimento económica mais elevada nos próximos anos”.

O regresso a Luanda foi ao fim da tarde, sendo marcado pelo jantar oficial oferecido a Piedade Dias (Nandó), o seu homólogo angolano, no qual se ouviram as vozes das fadistas portuguesas Ana Maria Dias e Joana Amendoeira, que integraram a comitiva.

Morais Sarmento revela a possibilidade da transmissão por via terrestre do sinal dos canais RDP-África e RTP – África

As emissões de televisão e rádio públicas portuguesas em Angola podem ser uma realidade quando as autoridades angolanas procederem às “necessárias alterações legislativas”, disse no dia 28 à “Lusa” Nuno

Morais Sarmento, Ministro da Presidência de Portugal, tendo a questão foi colocada às autoridades angolanas no decorrer da visita oficial.

“O primeiro-ministro, nos contactos que manteve com o presidente José Eduardo dos Santos e com o seu homólogo Fernando Piedade Dias, e eu próprio, com o ministro da Comunicação Social, Hendrik Vaal Neto, referimos a ideia, que foi bem acolhida”, disse Morais Sarmento.

“O que foi dito é que se terá de proceder em primeiro lugar à alteração do quadro legal angolano para permitir estas modalidades de comunicação”, precisou o ministro português.

Em causa está a alteração das leis da Rádio e da Televisão angolanas, abrindo a possibilidade da transmissão por via terrestre do sinal dos canais RDP-África e RTP – África, actualmente recebidos apenas por via satélite.

Outra condicionante desta pretensão de Portugal prende-se com os interesses de empresas angolanas de comunicação social, que os desejam ver acautelados.

De acordo com Morais Sarmento, as autoridades angolanas não se comprometeram com prazos, mas o ministro disse à Lusa estar confiante.

“O quadro legal vai ser alterado e logo que haja essa liberalização será apenas uma questão de tempo, até estarmos a trabalhar nas novas condições”, sublinhou.

Nuno Morais Sarmento é um dos mais destacados elementos que acompanham o chefe do Governo português a Angola no âmbito da visita



Durão Barroso em Angola

Acordos nas áreas das Finanças das Empresas e da Cultura anunciados em conferência de Imprensa



oficial.

O fim da visita oficial a Angola

Conforme o programa, a visita oficial de quatro dias a Angola, terminou já à noite, no dia 28, com as despedidas protocolares no Aeroporto de Luanda.

Mas neste último dia de presença em território angolano, Durão Barroso teve ainda encontros com João Lourenço, secretário-geral do partido maioritário do parlamento angolano, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), com Isaias Samakuva, presidente da segunda formação partidária angolana mais representativa, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), e ainda com o presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). O chefe do governo português deu ainda uma conferência de imprensa em Luanda.

Fazendo um ponto de situação no final da visita de quatro dias a Angola, um analista da “Lusa”, lembra que Durão Barroso se fez acompanhar de mais de 10 membros do seu governo e cerca de 50 empresários, o que possibilitou inúmeros contactos da maior valia para o futuro.

O saldo mais visível foi a assinatura do Programa Indicativo de Cooperação, válido para o triénio 2004/2006, estimado em cerca de 42 milhões de dólares, e uma convenção sobre a segurança social, que estabelece reciprocidade de tratamento dos tempos de descontos para efeitos de reforma de trabalhadores portugueses e angolanos, uma velha aspiração de milhares de interessados, que nunca em governos anteriores tinham visto tal pretensão ser contemplada.

Outros resultados desta visita passam pelas repetidas manifestações de apreço trocadas entre Durão Barroso e as autoridades angolanas com que se encontrou, designadamente o presidente José Eduardo dos Santos e o seu homólogo Fernando Piedade Dias.

Estas manifestações de apreço e confiança mútuas têm a sua “prova dos nove” na resolução da dívida angolana a Portugal e nas parcerias que eventualmente se venham a estabelecer entre empresas dos dois países, tendo como cenário a reconstrução de Angola, finalmente em paz, como Durão Barroso e as autoridades angolanas, também repetidamente, afirmaram.

À partida, revelações sobre acordos na área das finanças, das empresas e da cultura

Na conferência de Imprensa, à partida de Luanda, o Primeiro-ministro disse que não veio a Angola para cobrar dívidas, mas gerar confiança,

garantindo que “há condições como nunca houve” para os empresários portugueses investirem no país.

No balanço que fez no final da sua visita oficial a Angola, José Manuel Durão Barroso considerou estarem criadas as condições de confiança para que a cooperação empresarial se verifique, uma vez resolvido o problema político da dívida de Angola a Portugal.

“Eu não vim aqui para cobrar dívidas. Vim para gerar maior confiança entre Portugal e Angola. Era importante que esse assunto ficasse resolvido, como aconteceu nas palavras explícitas e nas instruções claríssimas que foram dadas pelo presidente Eduardo dos Santos e ninguém tem direito de duvidar dessas palavras”, disse.

Durão Barroso adiantou que está encontrado o acordo político entre os dois governos e o quadro de pagamentos e perdão de parte da dívida, restando um problema técnico do domínio bancário para garantir o financiamento que permita a Angola iniciar o pagamento.

No âmbito da visita oficial do primeiro-ministro português a Angola foi marcada para 03 e 04 de Novembro próximo uma reunião de uma comissão técnica luso-angolana encarregada de ultimar pormenores sobre o pagamento da primeira tranche da dívida.

“Penso que num prazo relativamente curto se vai chegar a uma solução para esse financiamento na banca internacional, para que a questão da dívida esteja completamente ultrapassada”, declarou.

A área económica ocupou um lugar central na visita, como Durão Barroso salientou, referindo ter trazido consigo a Angola “os líderes de praticamente todos os grandes grupos portugueses e também representantes das principais associações empresariais e de pequenas e médias empresas”.

“O trabalho das empresas talvez tenha sido o resultado mais concreto da visita”, avaliou o Primeiro-ministro português, afirmando ter conhecimento de que a deslocação permitiu avançar com alguns negócios e lançar



investimentos.

Concretizando, Durão Barroso anunciou que nesse mesmo dia 28, tinha sido assinado um protocolo entre a GALP e a SONANGOL que prevê acções conjuntas, no âmbito da energia, em São Tomé e Príncipe.

“O que digo aos empresários portugueses é que vale a pena hoje investir em Angola. Há o risco empresarial e o governo não pode substituir-se às empresas, mas posso garantir que, do ponto de vista institucional e político, há condições como nunca houve”, afirmou.

A área da cooperação cultural foi também realçada pelo chefe do governo português, que referiu a visita realizada à União dos Escritores Angolanos e a inauguração do Centro de Língua Portuguesa de Benguela, “porque o português permite a comunicação de todos os angolanos e é um factor de unidade nacional insubstituível em Angola”.

A cooperação militar foi outra das vertentes que Durão Barroso destacou como positivas, afirmando que “Portugal é o país com maior cooperação

Durão Barroso em Angola

«Credor de confiança e alvo das maiores atenções oficiais Durão Barroso regressa satisfeito»

técnico-militar com Angola e os oficiais portugueses fazem um trabalho muito importante na ajuda à constituição das Forças Armadas Angolanas”.

Antes do embarque na aeronave que o traria de volta a Portugal, Durão Barroso recebeu honras militares e cumprimentos de despedida do seu homólogo angolano, Fernando Piedade Dias dos Santos “Nandó” e de outros membros do governo angolano.

No rescaldo da visita

Eduardo Lobão, enviado da “Lusa”, escreveu no dia 30, já em Lisboa, que «O bom acolhimento dispensado pelas autoridades angolanas ao conceito de parceria estratégica que o primeiro-ministro português propôs, durante a visita oficial de quatro dias a Angola, foi um dos tópicos relevantes da deslocação.

«Segundo a proposta avançada, a parceria pode ser desdobrada em dois níveis.

«A nível internacional, Portugal disponibiliza-se a ser o “advogado” de Angola na Europa, nomeadamente na União Europeia (UE), sensibilizando a comunidade política e financeira internacional a aceitar participar numa conferência de doadores, cumprida que está a premissa da paz, após mais de três décadas de sucessivas guerras civis.

«A nível bilateral, José Manuel Durão Barroso acredita que o facto de ter levado a Angola os responsáveis de praticamente todos os grandes grupos portugueses e ainda representantes das principais associações empresariais e de pequenas e médias empresas permitiu abrir caminho a resultados mais concretos.

«Esses resultados traduzem-se no avanço em alguns negócios, tendo Durão Barroso destacado o protocolo assinado entre a GALP e a SONANGOL, que prevê acções conjuntas na área da energia, sobretudo na dos combustíveis, em São Tomé e Príncipe.

«Credor de confiança e alvo das maiores atenções por parte das autoridades angolanas – que lhe reservaram uma recepção mais ao nível de chefe de Estado que de governo –, Durão Barroso era visivelmente um homem satisfeito no regresso a casa, onde agora o esperam as questões complexas da governação em Lisboa.

«A diferença de tratamento conferido a Durão Barroso tornou-se visível logo à chegada à capital angolana, com a prestação de honras militares, um sinal inequívoco de que Luanda pretendia marcar a diferença.

«O sucesso da visita pode ainda ser medido pelo tratamento que o Jornal de Angola, diário governamental angolano, concedeu à deslocação, elevando-a a visita “oficial e de amizade”.

«O saldo imediato da deslocação, em que Durão Barroso foi acompanhado por dez governantes, cerca de 50 empresários e 20 jornalistas, está ligado à cooperação bilateral, com a assinatura de dois documentos oficiais.

«O primeiro foi o novo Programa Indicativo de Cooperação (PIC), para

o triénio 2004/2006, que põe fim a um interregno de três anos na sistematização da cooperação bilateral, sucedendo ao anterior, que vigorou entre 2000 e 2002.

«Fonte diplomática disse à “Lusa” que a diferença do novo PIC relativamente ao anterior “reside no maior realismo e eficácia” das acções de cooperação previstas, orçadas em 42 milhões de euros e que incidirão em áreas como a educação, saúde, formação profissional, capacitação institucional, agricultura e desenvolvimento rural.

«O segundo documento, uma Convenção sobre a Segurança Social, estabelece a reciprocidade de tratamento a trabalhadores portugueses e angolanos no que diz respeito à contagem dos descontos para a reforma no país de imigração.

«Durão Barroso aproveitou a estada para sensibilizar as autoridades angolanas a acompanharem-no no “empurrão político” para a resolução definitiva da dívida de Angola a Portugal, que em termos globais ronda os 2.000 milhões de dólares, integra a componente pública, comercial e empresarial.

«Nesse sentido, ao longo dos contactos que manteve com o presidente José Eduardo dos Santos e com o seu homólogo Fernando Piedade Dias dos Santos “Nandó”, foi reafirmada a validade do protocolo de acordo assinado em Novembro de 2002, que regulamenta os aspectos técnicos das obrigações angolanas.

«Ao abrigo desse protocolo, ficou decidido nesta visita que nos próximos dias 03 e 04 de Novembro se realizará uma reunião da comissão técnica luso-angolana, composta por quadros dos ministérios das Finanças dos dois países.

«Nesta reunião vão ser debatidas as “soluções práticas para a operacionalização do quadro financeiro, visando a realização de pagamentos faseados”, conforme o comunicado final da visita».

- Fontes: Lusa, Eduardo Lobão, DN, Público, RTP 1, SIC Notícias.



A Ministra das Finanças apresenta na AR o primeiro conjunto de legislação para a reforma da Função Pública

Na sessão plenária da Assembleia da República de quinta-feira passada, a Ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite, fez a apresentação do conjunto legislativo que integra a chamada “Reforma das Reformas”, ou seja, a reforma da Administração Pública.

Dirigindo-se aos representantes da Nação, a Ministra disse:

«Estamos aqui hoje para analisar um primeiro conjunto de projectos de lei que integram a Reforma da Administração Pública.

«Trata-se de uma das mais importantes reformas estruturais que este Governo se comprometeu realizar e a que está a dar forma legislativa.

«A volta desta reforma gerou-se um consenso quase unânime quanto à sua necessidade.

«Daí a importância destes diplomas a que se seguirão outros igualmente relevantes e que constituirão um conjunto coerente e ajustado à evolução das necessidades e de que resultará um novo modelo de Estado e uma nova filosofia de actuação para a Administração Pública.

«Os que consideram que não passarão de meras intenções, vão desiludir-se. O objectivo nacional de modernização dos diferentes sectores de actividade e a recuperação da capacidade competitiva só pode prosseguir se a Administração Pública se constituir como um factor de desenvolvimento económico, social e cultural.

«Tal como tem vindo a suceder com o sector empresarial, também a Administração Pública tem que reformular profundamente os seus métodos de trabalho e efectuar com eficácia e transparência a gestão dos recursos que lhe são atribuídos.

«A qualidade dos serviços públicos é hoje um elemento decisivo para o bem-estar dos cidadãos e para a competitividade global das economias e das sociedades.

«A Reforma da Administração Pública é, pois, uma urgência social e um imperativo económico.

«É preciso recuperar o tempo perdido aprendendo com experiências que já seguem o seu curso noutros países e progredir, de acordo com a realidade cultural do nosso país, para um modelo mais aberto e mais responsável, capaz de responder às exigências de uma sociedade em permanente mudança.

«Uma administração aberta, transparente e moderna implica uma avaliação permanente e crítica das suas estruturas.

«Exige liderança, qualificação e capacidade de gerir a mudança.

«As propostas que hoje estão aqui em discussão concretizam esta filosofia de mudança na área da organização e da liderança e responsabilidade.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, organizar implica definir o papel do Estado, a sua dimensão e o modo como deve estruturar-se para desempenhar as funções que lhe compete assegurar.

«A dimensão do Estado e a racionalização das

suas estruturas são dois factores essenciais para um desempenho eficiente, que permita obter o máximo proveito dos meios dispendidos com o serviço público.

«Por isso, serão analisadas as funções do Estado e a sua utilidade, distinguindo entre as funções essenciais das acessórias e identificando as que podem com vantagem ser prosseguidas por outras entidades, mantendo então o Estado função de regulador e garante da igualdade de acesso dos



cidadãos.

«Mas para prosseguir com eficiência as suas funções essenciais é necessário que os organismos se estruturam de acordo com modelos adequados à sua missão e orientados para resultados.

«Na verdade, o modelo de organização ainda dominante na Administração Pública mantém a lógica burocrática, centrada nos meios e nos procedimentos, alheia aos objectivos e com grande rigidez na sua estrutura interna.

«As consequências são a falta de transparência e de responsabilidade, o grande desperdício de recursos, a desmotivação e a falta de espírito de iniciativa, que conduz à multiplicação desordenada de instituições e a modelos de funcionamento alternativos sem critério.

«É assim essencial a aprovação de um quadro de referência contendo os novos modelos de organização, que defina os critérios que deverão presidir à diferenciação de estruturas e estabeleça uma unidade quanto ao seu modo de funcionamento e às regras de controlo.

«A existência e dimensão de cada serviço dependerão de uma estrita necessidade e utilidade para o cidadão dispondo dos recursos proporcionais à relevância da sua missão»

«O núcleo essencial das funções do Estado deve ser assegurado pela Administração Directa, de acordo com princípios de actuação que conduzam à aproximação dos serviços às populações, à desburocratização e à racionalização de meios.

«A organização interna deve ser flexível, cabendo ao dirigente máximo a responsabilidade de, em cada momento, organizar e mobilizar

internamente para responder ao que lhe é pedido.

«Neste sentido, promove-se o recurso a modelos de funcionamento que acolham e fomentem o recurso às tecnologias de informação e ao máximo aproveitamento das capacidades, como é o caso dos serviços partilhados, as estruturas matriciais e a organização em rede.

«Este novo modelo será impulsionado pela forte simplificação dos formalismos legais associados à criação e alteração de estruturas.

«A existência e dimensão de cada serviço dependerão de uma estrita necessidade e utilidade para o cidadão dispondo dos recursos proporcionais à relevância da sua missão

«A flexibilidade de organização interna permitirá por seu turno uma permanente avaliação dos meios alocados a cada actividade, eliminando-se assim o principal argumento para o constante crescimento dos serviços.

«Trata-se, afinal, de eliminar um dos principais obstáculos ao combate às rotinas, à coordenação entre serviços e ao pleno aproveitamento das capacidades.

«Nesta mesma linha de orientação, insere-se o diploma que visa disciplinar a situação dos Institutos Públicos.

«O enquadramento proposto reconhece a necessidade da existência de modelos de gestão diferenciados quando as funções a assegurar possam e devam ser prosseguidas por pessoas colectivas autónomas.

«Essa diferenciação não deve, porém, confundir-se com a ausência de critério para a sua constituição e regulação, antes deve decorrer da especificidade da actividade a desenvolver.

«O conceito de Instituto Público passa assim a corresponder a um regime que inclui a definição do poder de superintendência e de tutela, os princípios orientadores da gestão, a sujeição ao direito privado nas relações de trabalho e a flexibilidade estatutária, sem prejuízo de um conjunto de regras de funcionamento e controlo que são imperativas e garantem a unidade sistemática das organizações.

«Assim, restringe-se fortemente o recurso à criação de entidades de direito privado por Institutos Públicos, assumindo que, sempre que a natureza da actividade o aconselhe, deve promover-se a parceria ou o recurso ao outsourcing, garantido a introdução de mecanismos de mercado e concorrência nessas áreas.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, na Administração Pública, como noutros sectores de actividade a mudança deve ser encarada como um campo de oportunidades, de afirmação profissional e de desenvolvimento de capacidades.

«Mas não é possível organizar, planear e mobilizar para um serviço eficiente e de qualidade sem liderança qualificada e responsável.

«Por isso, aos dirigentes competirá a coordenação do processo de mudança e da sua



Durão Barroso na reunião da A. N. de Municípios sobre áreas metropolitanas

No final de um almoço com centenas de autarcas portuguesas, reunidos em Évora numa conferência, promovida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), sobre a criação das novas Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais, o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, garantiu que a descentralização administrativa “não vai parar”, e para isso, defendeu ser “necessário restaurar a confiança nas autarquias locais”.

O encontro, que nesse dia teve o seu termo hoje termina na Universidade de Évora, destinou-se a debater o novo projecto governativo de descentralização administrativa.

Durão Barroso anunciou aos autarcas que o governo consagra, no Orçamento de Estado (OE) para 2004, uma verba significativamente superior à de anos transactos (mais 25 por cento) para apoiar as actividades das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais que venham a ser criadas até 31 de Março do próximo ano.

Destacando o empenhamento do governo no processo de descentralização, o primeiro-ministro



alertou que, para isso, “é necessário restaurar a confiança nas autarquias locais, através de competências acrescidas em matérias de desenvolvimento”.

A expressão da política do governo assenta na publicação da nova Lei-Quadro das Áreas Metropolitanas e da nova Lei-Quadro das Comunidades Intermunicipais.

central”.

Durante a conferência, o presidente da ANMP, Fernando Ruas, também presidente da Câmara Municipal de Viseu, apoiou as ideias expressas pelo Primeiro-Ministro e considerou ser necessário definir a transparência que deve acompanhar as competências contratualizadas com o Governo, designadamente através de contratos-tipo e custo padrão. - Lusa

A Ministra das Finanças apresenta projectos-Lei da Reforma da Administração

capacidade de resposta aos serviços.

«Daí a necessidade de aprovar um novo Estatuto dos Dirigentes que é essencial para a moderna gestão pública, impulsionador de nova cultura, aberto à inovação, responsável e agregador das melhores aptidões profissionais.

«É com esses objectivos estratégicos que se prevê a formação e qualificação de um corpo dirigente, dotado de novas competências de gestão, com autonomia na constituição de equipas e responsável pelos resultados da actividade de acordo com os objectivos e os recursos atribuídos, sem esquecer os princípios éticos por que se deve nortear.

«Limitam-se os mandatos dos dirigentes máximos numa clara afirmação do interesse público na renovação e mobilidade profissional e eliminam-se factores de instabilidade, como a suspensão das comissões de serviço que permitem que se eternizem situações precárias nos mais altos cargos de direcção.

«O princípio da responsabilidade implica necessariamente que se atribua aos dirigentes a capacidade de constituição das equipas, habilitando

à avaliação criteriosa dos desempenhos quer individuais, quer colectivos. Neste sentido, altera-se substancialmente o regime de recrutamento dos dirigentes de nível intermédio, substituindo os concursos burocráticos e paralisantes por um processo de selecção que respeita os princípios da transparência, de isenção e da livre candidatura.

«A nomeação destes dirigentes passa a ser da responsabilidade do Director-Geral, privilegiando a competência e a confiança profissional.

«É também no sentido da isenção e qualificação que se consagra a exigência de formação profissional específica como requisito de acesso a estes cargos, garantindo um desempenho qualitativo uniforme e condições de igualdade na capacidade para assumir responsabilidades.

«A avaliação passa também a constituir um factor essencial na garantia de bom desempenho, reflectindo-se na ponderação das renovações das comissões de serviço.

«Os dirigentes da Administração Pública passarão a dispor de efectivas capacidades de gestão, de formação especializada e de mecanismos transparentes de responsabilidade na actuação.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, o País precisa de uma Administração Pública orientada

pelo primado da cidadania, capaz de servir os cidadãos, de apresentar resultados, de mobilizar energias e capacidades.

«A aprovação dos diplomas hoje em apreciação constituirá um primeiro passo fundamental para a modernização do Estado e da Administração Pública, no quadro de uma profunda Reforma que urge empreender.

«Trata-se de uma alteração, que será necessariamente gradual e que deverá mobilizar os funcionários e agentes, recuperando o prestígio das suas funções e colocando a Administração Pública no centro do processo de desenvolvimento do País.

«Estou certa de que esta Assembleia, a despeito das naturais divergências existentes, não vai deixar de se associar e de se comprometer com uma reforma essencial ao desenvolvimento do País e que, no essencial, deverá perdurar para além da natural alternância dos diferentes Partidos no poder.

«Na verdade, a Reforma da Administração Pública é uma tarefa que a todos respeita e de que ninguém, com sentido de responsabilidade, pode legitimamente alhear-se em nome dos superiores interesses do País.

«Disse»

Programa “Forest Focus”: Joaquim Piscarreta defende aumento de verbas para prevenção

O Deputado do PSD **Joaquim Piscarreta** defendeu no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que “**a prevenção deve ser parte integrante do programa “Forest Focus”, independentemente da existência do Regulamento sobre o desenvolvimento rural. Quando se trata de um tema tão importante como a floresta, uma das riquezas da Europa, não se pode querer poupar uns dinheiros**”.

Por isso, e com vista ao financiamento destas medidas de prevenção, Joaquim Piscarreta defendeu “**um aumento de verbas no orçamento geral da UE, através das perspectivas financeiras, até 2006. Qualquer medida preventiva só é realmente operacional se dotada de recursos financeiros suficientes**”.

Joaquim Piscarreta afirmou que “**com o flagelo dos incêndios que afectou Portugal no último verão devastando mais de 10% do território nacional, tornou-se mais evidente que grande parte do desastre poderia ter sido evitado com medidas de prevenção eficazes**”.

É caso, acrescentou o Deputado social democrata, para recordar o velho ditado popular : mais vale prevenir do que remediar.

Aquando da sua visita às regiões ardidas, o próprio Comissário Barnier chamou a atenção para esta constatação”.

Para Joaquim Piscarreta “**ficou mais do que claro que são necessários instrumentos para acompanhar, mas sobretudo prevenir os factores de deterioração das florestas (poluição atmosférica, pragas e doenças, alterações de clima, etc). Só um estudo das causas e dos seus efeitos permitirá um combate sem tréguas aos incêndios. As medidas de prevenção visam por isso a redução da dimensão das áreas ardidas, o combate às causas dos incêndios e vigilância das florestas**”.

Além de que, estas medidas são essenciais, sobretudo junto daquelas populações carenciadas que **sobrevivem exclusivamente da exploração de pequenas áreas florestais**, contribuindo assim para a preservação da natureza”.

Joaquim Piscarreta afirmou ainda que “**a União Europeia não se pode limitar a acompanhar os incêndios e intervir depois da calamidade ter ocorrido. É necessária uma verdadeira política de prevenção. Porém, não se trata de impôr a Portugal medidas indesejadas, mas sim desenvolver acções concretas e vigorosas que se enquadrem no âmbito da estratégia florestal nacional que está a ser desenvolvida**”.



Piscarreta critica Comissão Europeia por ter esquecido TGV Lisboa-Madrid

O Deputado do PSD Joaquim Piscarreta defendeu hoje, em Estrasburgo que “**uma rápida liberalização do sector ferroviário em todos os Estados Membros favorece este tipo de transporte, como alternativa credível para combater o crescimento exponencial dos transportes aéreos e rodoviários com as suas consequências nefastas para o ambiente e o ordenamento de território**”.

No debate conjunto de um pacote de medidas relativas aos caminhos de ferro comunitários, Joaquim Piscarreta afirmou que, no seu entender, “**esta liberalização só pode ser entendida num sentido lato, ou seja uma maior concorrência tanto no transporte de mercadorias como de passageiros, tanto no tráfego nacional como internacional**”.

Com esta liberalização, qualquer empresa comunitária de transporte ferroviário terá acesso, em condições equitativas, às infra-estrutura de todos os Estados Membros para fins de exploração comercial”.

O Deputado social democrata salientou que “**convém combater um preconceito bem generalizado : a liberalização do transportes ferroviários não invalida o aumento dos padrões de segurança. Este Pacote ferroviário prevê precisamente o reforço das normas de segurança, nomeadamente através da harmonização dos tempos de trabalho e de repouso dos maquinistas e do restante pessoal que exerça missões de segurança. Se a tecnologia permite níveis altíssimos de segurança, não há razão válida que a legislação ande a reboque impondo, normas menos protectoras dos passageiros**”.

A título de exemplo, a **instalação de uma ‘caixa negra’ nos comboios** é outra medida de segurança com a qual me mostro totalmente solidário. Se este mecanismo demonstrou as suas claras vantagens no sector aéreo e rodoviário (camiões e autocarros), não vislumbro qualquer justificação para não aplicar esta técnica aos caminhos-de-ferro”.

Insistindo na prioridade da segurança, Joaquim Piscarreta expressou o seu “**apoio à criação de uma Agência Ferroviária Europeia, permitindo maior interoperabilidade e segurança entre as diferentes redes trans-europeias**”.

Joaquim Piscarreta criticou severamente o “**novο plano de Projectos prioritários da UE, conhecido por ‘Quickstart Program’**”. Com o intuito de estimular o crescimento económico europeu através de obras de grande envergadura, a Comissão Europeia apresentou uma lista de 13 iniciativas, 7 delas relacionadas com os transportes ferroviários. **Lamento, disse, não terem integrado as ligações ibéricas do TGV, Lisboa-Madrid, beneficiando apenas as redes de transportes no centro da UE**”.

Dois novos Deputados do PSD no PE: João Gouveia e Raquel Cardoso



O Dr. João Gouveia e a Dr^a. Raquel Cardoso substituem no Parlamento Europeu respectivamente o Dr. Arlindo Cunha e o Eng. Jorge Moreira da Silva.

O Dep. João Gouveia, economista de profissão, é Presidente da Câmara Municipal de Soure desde Janeiro de 1994, tendo sido anteriormente Deputado à Assembleia da República (1991-1994).

João Gouveia exerceu diversos cargos no âmbito do PSD: Presidente da CPS de Soure, vogal da CPD de Coimbra e membro do Conselho Nacional.

A Dep^a. Raquel Cardoso é professora, licenciada em Línguas e Literaturas Modernas pela Faculdade de Letras de Lisboa.

Raquel Cardoso desempenhou vários cargos nos conselhos directivos das escolas preparatórias do Bocage e Luísa Todi, bem como na Escola Secundária do Bocage, antigo Liceu Nacional de Setúbal. Raquel Cardoso foi vogal das Comissões Políticas Concelhia e Distrital de Setúbal do PSD, tendo sido também vogal da Assembleia de Freguesia de São Julião e da Assembleia Municipal de Setúbal.



PE debate tráfico de órgãos humanos Carlos Coelho fala de fenómeno abominável

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** manifestou-se hoje, em Estrasburgo, preocupado com a emergência do **tráfico ilegal de órgãos e tecidos humanos** que considerou um “*fenómeno lucrativo, mas abominável, que ameaça a integridade física das pessoas*”.

Carlos Coelho sublinhou que este tráfico “*tornou-se um campo de actividade privilegiado para as **redes organizadas** (que exploram as divergências e as lacunas existentes nas legislações dos Estados Membros), a expensas dos grupos mais vulneráveis de pessoas, como é o caso das crianças (sendo chocante o número de raptos existente no Brasil e Guatemala) e das pessoas que vivem em condições de extrema pobreza.*”

Com o próximo alargamento, em 2004, acrescentou Carlos Coelho, torna-se ainda mais urgente uma acção a nível europeu, pois existe um risco potencial de se abrirem rotas comerciais lucrativas (designadamente Hungria e República Checa)”.

Para Carlos Coelho “*é necessária **uma abordagem comunitária integrada**, a harmonização das definições das infracções associadas ao tráfico de órgãos e tecidos humanos, e das sanções correspondentes. É importante que se introduza um elemento de extraterritorialidade, de modo a evitar que se procure adquirir órgãos, de forma ilegal, fora do território da União.*”

Temos de considerar as causas subjacentes a essa criminalidade: a grave carência de órgãos disponíveis para transplante, que se deve em grande parte à falta de informação do público. Vários estudos realizados mostram que a larga maioria dos cidadãos declara-se disposta a doar os órgãos após a morte, mas apenas uma pequena minoria expressa formalmente o consentimento”.



Vasco Graça Moura apoia programa “Erasmus Mundus”

O Deputado **Vasco Graça Moura** considerou, em Estrasburgo, que o relatório aprovado pelo Parlamento Europeu sobre o **Programa Erasmus Mundus**, com as alterações introduzidas pela Comissão da Cultura, “*tem o mérito de clarificar e reforçar alguns vectores*” deste programa.

Para Graça Moura, “*é importante que se tenha chegado, com o acordo do Conselho de Ministros da Educação, a um envelope financeiro de 230 milhões de euros, valor que se afigura razoavelmente satisfatório. É igualmente importante que este programa abra novas perspectivas ao ensino superior, quer na Europa, quer na sua relação de cooperação com países terceiros, e não apenas a nível dos estudantes, mas também a nível dos próprios professores não europeus convidados*”.

Graça Moura sublinhou ainda “*a atenção prestada aos aspectos linguísticos e ao princípio da diversidade cultural, ao rótulo de qualidade e à articulação do ensino superior com a formação profissional. Tudo isto se torna ainda mais significativo com a adopção da medida que torna possível uma volta à Europa*

dos beneficiários do programa por via das universidades e o não esquecimento dos estudantes europeus no tocante ao seu acesso a este mesmo programa, às suas bolsas e aos seus mestrados interuniversitários”.

Em termos do alargamento, Vasco Graça Moura considerou “*ainda mais decisivo o facto de se poder contar desde já com a possibilidade de à referida volta à Europa do conhecimento se acrescer uma amplitude e um perímetro muito mais expressivos. Torna-se agora necessário desenvolver uma actividade promocional no sentido de dissipar dúvidas e receios que, segundo a comunicação social, já despontam nalguns meios universitários*”.

Graça Moura salientou ainda que “*subsistem algumas interrogações de fundo. Será por esta via que o ensino europeu conseguirá uma posição verdadeiramente competitiva com o norte-americano? Seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos? E, no quadro europeu, conseguir-se-á uma repartição mais equilibrada dos estudantes pelas universidades dos países membros? Só a experiência do tempo poderá dar resposta a estes pontos. Para já é de aplaudir e de registar que*



a Europa no plano do seu ensino superior possa contar com mais um instrumento internacional da maior utilidade que abre justificadamente muitas das expectativas”.

Regina Bastos defende maior firmeza da União Europeia na defesa dos Direitos da Mulher



que os países terceiros devem respeitar no âmbito dos Direitos da Mulher”.

Intervindo no debate sobre a violação dos Direitos da Mulher na política internacional da União Europeia, Regina Bastos afirmou que “*com o pretexto da cultura e da tradição, as mulheres continuam a ser vítimas de violência, em muitas partes do mundo. Da mutilação genital feminina, passando pela lapidação, até à exploração sexual são ainda práticas correntes. E isto é inaceitável, por duas razões: porque constituem violações dos direitos humanos fundamentais e porque são reais atentados à democracia*”.

Por isso, Regina Bastos defende que “*a União Europeia deve usar todos os instrumentos que estão à sua disposição para lutar contra estes flagelos. A política externa da União é um deles*”.

É certo que a União Europeia inclui em todos os acordos estabelecidos com países terceiros uma cláusula sobre o respeito dos Direitos do Homem e da Democracia. No entanto, os seus efeitos no combate à violência contra as mulheres não são ainda suficientes”.

É, pois, neste contexto que Regina Bastos defende “*a necessidade de maior firmeza e maior clareza na definição dos compromissos que os países terceiros devem respeitar no âmbito dos*

Direitos da Mulher e que nos futuros acordos comerciais e de desenvolvimento deverá ser adoptada uma dupla abordagem:

positiva - Os países que adoptem políticas, com resultados efectivos, de combate à violência contra as mulheres deverão ser premiados através da concessão de incentivos e de acordos comerciais mais favoráveis.

negativa - a imposição de sanções e eventualmente a suspensão dos acordos àqueles países que se mostrem complacentes com casos de violação grave dos Direitos da Mulher.

Mas, neste caso, há que avaliar, com cuidado, os eventuais efeitos negativos que tais sanções terão na população”.

Regina Bastos defende ainda que “*os programas de ajuda ao desenvolvimento contenham projectos especialmente dedicados aos direitos das mulheres e à luta contra a violência associando as mulheres locais a estas acções*”.

Na verdade, acrescentou, a mudança de atitude em relação a estas práticas deve fazer-se tendo como aliadas as mulheres que foram ou estão sujeitas a essas formas de violência e queiram combatê-la”.

A Deputada do PSD **Regina Bastos** defendeu no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, “*a necessidade de maior firmeza e maior clareza na definição dos compromissos*



VIANA DO CASTELO

Nos termos do consignado no artigo 51º dos Estatutos do PSD, convoca-se uma sessão ordinária da Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para o próximo dia 21 de Novembro de 2003, às 21h00, a ter lugar na Sede Distrital (junto ao Hotel Parque), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Período antes da Ordem do dia- 30 minutos;
2. Informação do Senhor Presidente da Comissão Política de Secção;
3. Análise da situação Política concelhia, distrital e nacional.

Nota: Se à hora marcada, não estiverem presentes os militantes necessários para haver quorum, a reunião terá início às 21h30, com qualquer número de militantes.

GÓIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Góis, para reunir no dia 7 de Dezembro de 2003, pelas 17h00, na sede Concelhia de Góis (Casa da Lavra), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Góis.

Nota: As listas para a eleição deverão observar as formalidades regulamentares, e, ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, no seu domicílio em Góis, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da eleição.

GÓIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Góis, para reunir no dia 23 de Novembro de 2003, pelas 17h30, na sede Concelhia de Góis (Casa da Lavra), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Contas de 2003 e informações das contas de 2003;
2. Orçamento para 2003;
3. Análise da situação interna da Secção;
4. Análise da situação política.

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos

Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes inscritos na Secção de Lagoa, para reunirem em assembleia Ordinária, no próximo dia 21 de Novembro de 2003, pelas 21h00, na sede do Partido, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, 3-1º, em Lagoa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Assunto de carácter político local, regional e nacional;
2. Outros assuntos.

Nota: A Assembleia reunirá a essa hora desde que compareçam mais de metade dos seus membros ou 30 minutos depois, com qualquer número de membros, nos termos do nº2 do artº 66º, dos Estatutos Nacionais do PSD.

PESO DA RÉGUA

No seguimento da deliberação da Comissão Política Nacional de 7 de Dezembro de 2003 e de acordo com a deliberação da Comissão Política de Secção, convoca-se o Plenário da Secção de Peso da Régua, para o dia 13 de Dezembro de 2003, na Sede Concelhia, sita na Rua Maximiano de Lemos, "Edifício Pombinhos", nº63 1º Dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas devem ser entregues até ao 3º dia anterior ao acto eleitoral (24 horas do dia 10 de Dezembro de 2003).

A sede estará aberta no dia 10 de Dezembro das 21h30 às 24h00 para recepção das candidaturas.

Pra efeitos de votação, as urnas estarão abertas das 14h30 às 18h00, na sede concelhia.

NÚCLEO DE CAMPO (VALONGO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Campo, para reunir no dia 12 de Dezembro de 2003, pelas 20h00, na de sita na Rua Central de Campo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Campo.

Notas:

As candidaturas terão de ser entregues, nos termos do Regulamento Eleitoral, ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem o represente, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Os militantes deverão ser portadores do B.I. e do cartão de militante. As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h00.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Santa Maria da Feira, para reunir na Sede da Secção, sita na Rua dos Descobrimentos, em Santa Maria da Feira, para o dia 12 de Dezembro de 2003, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 10 de Dezembro de 2003. As urnas eleitorais estarão abertas entre as 21h30 e 23h30.

IDANHA A NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Idanha a Nova, para reunir no dia 13 de Dezembro de 2003, pelas 16h00, na Rua António Manzarra, nº3- trás (antigo BNU), em Idanha a Nova, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão obedecer e respeitar todos os quesitos do regulamento eleitoral do PSD e ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas por um período de três horas.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Aveiro, para reunir em sessão ordinária, no dia 14 de Novembro de 2003, pelas 21h00, na sede concelhia de Aveiro, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, nº177-1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Político-partidária, nomeadamente a reforma do sistema político, a revisão constitucional e os ciclos eleitorais.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Braga, para uma reunião ordinária a realizar na sexta-feira, dia 14 de Novembro de 2003, pelas 21h30, no Hotel Turismo de Braga, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da Situação Política Nacional;
3. Análise da Situação Política Local;
4. Áreas Metropolitanas.

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Évora, para reunir em sessão ordinária, no dia 14 de Novembro de 2003, pelas 21h00, na sede Distrital sita na Rua Cândido dos Reis, nº48, Évora, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Actividades da Comissão Política;
2. Análise da situação Política;
3. Diversos.

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se uma assembleia ordinária do PSD de Sever do Vouga, a realizar no próximo dia 28 de Novembro de 2003, pelas 20h00, na sede sita na Vila de Sever do Vouga, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Iniciativas realizadas desde a tomada de posse da Comissão Política em exercício;
2. Apresentação de contas relativas ao período de Maio a Outubro de 2003;
3. Análise e discussão da posição do Concelho relativamente à problemática da criação Área Metropolitana de Aveiro.
4. Análise da situação política.

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sesimbra para reunir no próximo dia 13 de Novembro de 2003, quinta-feira, pelas 21h30, no Cinema do Centro Comercial Europa 3, sito na Avenida Principal, Conde 2, na Quinta do Conde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação da actuação da Comissão Política de Secção e do Núcleo;
3. Apresentação das Comissões de Trabalho no âmbito do art. 73º dos estatutos;
4. Análise da Situação Político-partidária.

S. DOMINGOS DE RANA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de S. Domingos de Rana, para reunir no próximo dia 6 de Dezembro de 2003, pelas 21h30, na sede de Carcavelos,

sita na Rua Jogo da Bola, 1ª A C/V, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 22h00 e as 23h30.

SUIÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Suíça a reunir no dia 7 de Dezembro de 2003, a partir das 15h00, na sala do restaurante LA COMETA, Freiburgstrasse 139 - C 3008 Bern, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção;
3. Outros assuntos de interesse.

Nota: As urnas encontram-se abertas durante duas horas, encerrando às 17h00.

no próximo dia 13 de Novembro de 2003 (5.ª Feira), pelas 21h30, no Bairro Terras Queimadas, lote 25 R/c, em Tires, Parede, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário da Secção;
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3- Eleição dos Delegados da Secção da Parede ao Conselho Distrital de Lisboa;

NOTA:

a) As listas devem ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral, na sede distrital da JSD, na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa;

b) As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários;

c) As urnas estarão abertas pelo período de 1 (uma) hora.

AVISO

A presente convocatória anula a pretérita convocação do **Plenário da Secção da Parede** para o dia 30 de Novembro, publicada no Povo Livre de 22 de Outubro;

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Mafra, a realizar-se no próximo dia 07 de Novembro de 2003, pelas 21h30, a decorrer nas Instalações da Sede de Secção da JSD de Mafra, (Terreiro D. João V, n.º 66 - 2.º - 2640 - 492 Mafra), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informação;
- 2- Análise da Situação Política;
- 3- Outros.

JSD-SOP

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD-SOP, a realizar no próximo dia 7 de Novembro de 2003, pelas 21h30, na Sede do Núcleo (Rua Pinheiro Manso 305 - Porto), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Passado, Presente e Futuro da JSD-SOP

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Vila Real, para

reunir no dia 13 de Novembro de 2003 (5.ª Feira), pelas 21h00, na Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política;
- 3- Outros assuntos.

NÚCLEO de QUEIJAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Queijas da JSD para reunir no dia 15 de Novembro de 2003, (Sábado), pelas 21h00, na Sede da Secção da JSD Algés, na Av.ª Carolina Michaelis, loja 37 em Linda-a-Velha, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo;
- 2- Eleição da Comissão Política de Núcleo;

NOTA:

As listas, cumprindo os estatutos e regulamentos aplicáveis, deverão ser entregues até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Comissão Política de Secção da JSD de Algés, ou a quem legalmente o substitua na Sede da Secção de Algés.

As urnas estarão abertas pelo período de 2 (Duas) horas.

NÚCLEO de CARNAXIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do

Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Carnaxide da JSD para reunir no dia 14 de Novembro de 2003, (6.ª Feira), pelas 21h00, na Sede do Núcleo de Carnaxide da JSD, sita na Estrada da Outurela em Carnaxide, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo;
- 2- Eleição da Comissão Política de Núcleo;

NOTA

: As listas, cumprindo os estatutos e regulamentos aplicáveis, deverão ser entregues até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Comissão Política de Secção da JSD de Algés, ou a quem legalmente o substitua na Sede da Secção de Algés.

As urnas estarão abertas pelo período de 2 (Duas) horas.

NÚCLEO de GUEIFÃES (MAIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo de Gueifães (Maia) da JSD, para um Plenário de Núcleo, a realizar no próximo dia 12 de Novembro de 2003 (4.ª Feira), pelas 21h00, na Sede do Núcleo de Gueifães do PSD, sita na Travessa D. Maria Ferreira da Cruz - 56, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da situação política;
- 2- Diversos.



GRÂNDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Extraordinário da Secção de Grândola, para o próximo dia 13 de Novembro de 2003, pelas 20h00, na Sede de Concelhia de Grândola do PSD, sita na Rua José Vicente Serrano, n.º 7- 7570-Grândola, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Delegados para o Congresso da JSD.

NOTA:

A votação decorrerá das 20h15 às 22h15.

PAREDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos em vigor, convocam-se todos os militantes da JSD da Secção da Parede, para o Plenário da Secção, a realizar



Nos últimos dias o Gabinete de Informação da JSD recebeu um conjunto variado e, sobretudo, extenso de informações relativas a actividades de distritais e secções da Jota. Assim, e porque o espaço é necessariamente limitado, tentámos neste número incluir apenas as notícias cuja actualidade se perderia se adiássemos a sua publicação. O Gabinete agradece o empenho de todos quantos mantêm viva a dinâmica de informação que estamos a desenvolver.

JSD em Palermo

Representado a JSD no Council Meeting do EDS (Estudantes Democratas Europeus), elementos da Comissão Política Nacional deslocaram-se a Palermo para debater, fundamentalmente, o actual contexto Europeu.

Ana Janine, Hélder Santos e Ricardo Lopes, como já havíamos noticiado, participaram neste evento, tendo usado da palavra em dois dos mais importantes grupos de trabalho: Futuro da Europa e Agenda Política da Europa.

Os documentos aprovados estarão brevemente disponíveis em www.jsd.pt.

JSD de Setúbal convida Ministro Carlos Tavares

Foi no Salão Nobre da Câmara Municipal de Sines que a Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD (em colaboração com a JSD/Sines) organizou a primeira Conferência do Ciclo “Construímos o Futuro!”.

O tema era “O Novo Modelo de Crescimento Económico para Portugal”, e contou com a presença do Ministro da Economia, Carlos Tavares. Cerca de uma centena de pessoas ouviram o governante explicar a forma como o Governo procura alicerçar a sua política económica através da criação de um Modelo de Crescimento.

Este Modelo assenta no Investimento e na nossa capacidade de produzir mais e melhor, criando riqueza e potenciando o volume das nossas exportações, fazendo uso de um nível crescente de exigência que permita alcançar a excelência.

Panorama empresarial em debate

A Distrital da JSD/Viseu e a concelhia da JSD/Tondela organizaram na passada sexta-feira, 31 de Outubro, no Auditório Municipal de Tondela, uma Conferência-Debate subordinada ao tema “Mobilidade das Empresas e do Emprego”.

Perante uma centena de pessoas, os oradores, entre os quais o Deputado Almeida Henriques dissertaram acerca dos novos desafios que a globalização impõem ao mundo do emprego e das empresas.

O alargamento da União Europeia e os seus efeitos nas empresas portuguesas foi outro dos temas em análise, bem como o desemprego de jovens licenciados.

CURTAS/AGENDA

- **CPD/JSD-Braga toma posse no próximo dia 7 de Novembro.** Joel Sá e a sua equipa iniciarão formalmente funções e contamos dar brevemente a nota do evento (em www.jsd.pt ou nos habituais mails informativos – inscreve-te na nossa mailing list enviando o teu endereço para paulocolaco@jsd.pt).

- **JSD/Ourém debate o PIDDAC.** Em comunicado, a secção de Ourém manifestou apreensão sobre os investimentos do Estado no seu Concelho, mas mostra-se confiante que “algumas obras de extrema importância sejam inscritas nos orçamentos ministeriais”.

- **Secção de Évora lança site:** foi durante a reabertura do “Oranjinhas Bar”, o bar da concelhia e que funciona da sede local, que a Comissão Política lançou o seu novo site. Ainda em construção mas já com muita informação, ele pode ser consultado em www.jsd-evora.com/cps-evora

- **“Se conduzir uma Câmara, Não Beba!”** é a nova e arrojada campanha da JSD/Monchique. Rui André, líder desta secção diz “pretender sensibilizar todos aqueles que têm responsabilidades autárquicas, pois o consumo de álcool, pode ser prejudicial a um bom desempenho e consequente serviço à população”. Após o exemplo dado pela CPN, são agora as secções a fazer campanhas cívicas...

- **29 anos da JSD/Almada:** prosseguem as iniciativas para assinalar esta data, desta feita com a Acção de Formação – “Ser Jota”. Esta teve lugar na Sala Polivalente do Parque de Santo António (Costa da Caparica). À JSD de Almada desejamos muitos mais anos de actividade.

- **JSD/Guimarães aborda Ensino Superior. Em comunicado, a Concelhia de Guimarães da JSD denunciou a constante discriminação a que tem sido votado o pólo local da Universidade do Minho e não poupou críticas aos responsáveis da UM pelo fraco empenho em alterar a situação.**

- **Europa em debate em Oeiras:** o Alargamento Europeu e a nova Constituição Europeia foram os temas centrais de uma acção de formação realizada no passado dia 23 de Outubro.

Na residência oficial do PM

O chefe do Governo polaco explica a posição de Varsóvia na conferência sobre a Constituição Europeia

O Primeiro-ministro polaco, Leszek Miller, reuniu-se na passada quinta-feira, em Lisboa, com o seu chefe do Governo português, Durão Barroso, para discutir o alargamento da União Europeia (UE) e o projecto de Constituição para uma Europa com 25 países.

Fonte do gabinete de Durão Barroso garantiu que a passagem de Leszek Miller por Portugal resulta de um convite feito pelo Primeiro-ministro português que “quer ter contactos mais directos” com os seus homólogos europeus.

“Também não podemos esquecer que a Polónia é um país cheio de potencialidades, além de estar no grupo dos países que irá integrar a UE”, acrescentou a mesma fonte, justificando assim o convite de Durão Barroso a Miller.

A Polónia é um dos 10 países que integrarão a UE a partir de Maio próximo.

Segundo Tadeuz Iwinski, conselheiro para a política externa do primeiro-ministro polaco, Miller pretende explicar a posição de Varsóvia na Conferência Intergovernamental (CIG) que prepara a Constituição da Europa alargada e procura saber mais sobre as posições do Governo português, nomeadamente quanto ao papel dos pequenos e médios países da UE.

O mesmo conselheiro lembrou ainda que os investimentos portugueses na Polónia já ascendem a 500 milhões de dólares e dão emprego a pelo menos 15 mil pessoas.

Além da futura Constituição europeia e das relações bilaterais entre Portugal e Polónia, fofam também tema de conversações as questões relacionadas com a situação no Iraque e a crise no Médio Oriente.

Ainda na mesma conferência imprensa, Durão

Barroso, em resposta a perguntas de jornalistas sobre o referendo, afirmou que o referendo sobre a futura Constituição da Europa deve ser realizado no mesmo dia das eleições europeias, alegando que a vontade da maioria parlamentar deve prevalecer.

“Não vejo qualquer razão para mudarmos a data, quando achamos que temos uma boa proposta e quando temos a maioria [no Parlamento]. A minoria é que tem de vir ao encontro da maioria”.

“Não vejo outra data possível para a realização de um referendo a não ser esta”, disse Durão Barroso, rlembrando ainda que a realização simultânea de um referendo e de eleições europeias constitui uma estratégia que está a ser adoptada por “vários países da Europa”, além de permitir “uma mobilização nacional séria”.

“Seria muito grave fazer um referendo com participação diminuta”, afirmou ainda o chefe de Governo, recordando a necessidade de mais de 50 por cento dos portugueses se pronunciarem em qualquer consulta popular e afirmando que a proposta do executivo e da maioria parlamentar é “séria”.

“É útil que haja um referendo em Portugal [sobre a Europa], porque é uma questão que tem vindo constantemente a ser colocada. É melhor que seja resolvida agora, do que depois”, sublinhou o primeiro-ministro, acrescentando não ser intenção do Governo “andar a brincar” aos referendos.

“A nossa posição é muito firme, muito clara e ponderada”, concluiu Durão Barroso no final da conferência de imprensa, repetindo o desejo de que a “minoria venha ao encontro da maioria” na questão da data de um eventual referendo sobre a futura Constituição da Europa. - **Lusa**

Editorial



Luís Álvaro Campos Ferreira

Despesa não é igual a qualidade

Fala-se muito na redução da despesa pública.

Acusa-se o Governo de Portugal de mais uma vez apresentar um Orçamento Geral do Estado restritivo, no que toca à despesa.

Tentam alguns, estabelecer um nexo de causalidade entre redução de despesa e a qualidade de serviços Públicos. Nada de mais errado.

Como é inquestionável, existe ainda uma substancial margem de combate ao desperdício e de racionalização de processos, em quase toda a administração pública.

E esse caminho é fundamental continuar a percorrê-lo sem tibiezas ou indecisão.

Mais, todos os “ganhos” que esta política orçamental nos traz, não podem ser encarados como uma faculdade efectiva de executar mais despesa no futuro a curto ou médio prazo.

Esta margem de manobra financeira tem de possibilitar a redução da elevada carga fiscal que incide não só sobre as empresas, como também sobre as famílias.

Esta carga fiscal condiciona o investimento e como tal, afecta a competitividade, o crescimento económico e a criação de emprego.

O quadro macroeconómico subjacente ao O.G.E – 2004 aponta claramente para a retoma do crescimento apoiada decisivamente por um contexto externo mais favorável, pela manutenção dos níveis (baixos) de taxas de juro e duma descida tendencial da inflação.

As reformas estruturais que este Governo tem levado a cabo, fazem-se sentir essencialmente no médio prazo. Mas este é definitivamente o Orçamento da consolidação. Seria um erro de palmatória, quando esta política orçamental começa a dar frutos, alterá-la e deitar tudo a perder.

